



MONOGRAFIAS

6

**A PRINCESINHA BRANCA E ESBELTA E O DRAGÃO
NEGRO E ROTUNDO OU A TORRE DE BELÉM
VS. A FÁBRICA DE GÁS: UM LONGO COMBATE
PELO PATRIMÓNIO**

**THE SLENDER WHITE PRINCESS AND THE ROTUND
BLACK DRAGON OR THE TOWER OF BELEM VS.
THE GASWORKS: A LONG STRUGGLE FOR HERITAGE**

Paulo Oliveira Ramos

AAP

MONOGRAFIAS

6

**A PRINCESINHA BRANCA E ESBELTA E O DRAGÃO
NEGRO E ROTUNDO OU A TORRE DE BELÉM
VS. A FÁBRICA DE GÁS: UM LONGO COMBATE
PELO PATRIMÓNIO**

**THE SLENDER WHITE PRINCESS AND THE ROTUND
BLACK DRAGON OR THE TOWER OF BELEM VS.
THE GASWORKS: A LONG STRUGGLE FOR HERITAGE**

Paulo Oliveira Ramos

Série . Serie

Monografias AAP

Edição . Edition

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção . Direction

José Morais Arnaud

Tradução para a versão em Inglês . English translation

Rachel Evans

Design gráfico . Graphic design

Flatland Design

Fotografia de capa . Cover photo

***Diário da Manhã*, 8 de Junho de 1950 . 8 June 1950**

Impressão . Print

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem . Copies

300 exemplares

ISBN

978-972-9451-74-4

Depósito legal . Legal Deposit

448206/18

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

O texto desta edição é da inteira responsabilidade do autor.

RAMOS, Paulo Oliveira (2018) – A Princesinha Branca e Esbelta e o Dragão Negro e Rotundo ou a Torre de Belém vs. a Fábrica de Gás: um longo combate pelo património. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Monografias AAP, 6).

5 **EDITORIAL**

José Morais Arnaud

7 **A PRINCESINHA BRANCA E ESBELTA E O DRAGÃO NEGRO E ROTUNDO
OU A TORRE DE BELÉM VS. A FÁBRICA DE GÁS: UM LONGO COMBATE
PELO PATRIMÓNIO**

31 **FIGURAS**

FIGURES

43 **THE SLENDER WHITE PRINCESS AND THE ROTUND BLACK DRAGON
OR THE TOWER OF BELEM VS. THE GASWORKS: A LONG STRUGGLE
FOR HERITAGE**

EDITORIAL

José Morais Arnaud

Presidente da Direcção

O volume que agora se publica é o 6º de uma nova série de Monografias editadas pela Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), destinada à divulgação dos colóquios temáticos organizados com alguma regularidade pelas suas Secções e Comissões, e sobretudo de trabalhos académicos de maior envergadura, que foram premiados ou distinguidos pelo júri do Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão, instituído em 2013, ou que a Direcção da AAP considerou deverem ter uma divulgação para além do meio académico, devido à sua contribuição para o avanço dos conhecimentos no domínio das ciências arqueológicas, históricas e patrimoniais.

Encontra-se neste último caso o trabalho de investigação desenvolvido ao longo de vários anos pelo Prof. Paulo Oliveira Ramos sobre a polémica instalação de uma fábrica de gás junto à Torre de Belém, em 1888, e a longa luta desenvolvida ao longo de mais 70 anos para a conseguir deslocar para outro lugar, protagonizada por algumas das mais brilhantes personalidades da vida cultural portuguesa de então, e na qual a Secção de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses teve um papel de relevo.

Este trabalho de investigação culminaria com a elaboração de uma tese de doutoramento em Ciências Humanas e Sociais (Ramo História), intitulada ***A Princesinha Branca e Esbelta e o Dragão Negro e Rotundo – Um Estudo de História do Património de Lisboa. 1888 – Anos 50***, apresentada em 2003 à Universidade Aberta, e aprovada com Distinção e Louvor.

Numa altura em que a Torre de Belém se tornou num dos mais emblemáticos e visitados monumentos da Cidade de Lisboa, cuja afluência de visitantes é de tal ordem que

as entidades responsáveis pela gestão do Património Cultural estão a encarar a possibilidade de limitar o acesso ao seu interior, para tentar suster o forte impacto negativo que o excesso de visitantes está a provocar a este singular monumento, pondo mesmo em causa, de novo, a sua conservação, a publicação deste estudo afigura-se particularmente oportuna, esperando-se que possa contribuir para uma reflexão sobre o papel dos monumentos históricos e arqueológicos na sociedade contemporânea.

A PRINCESINHA BRANCA E ESBELTA E O DRAGÃO NEGRO E ROTUNDO OU A TORRE DE BELÉM VS. A FÁBRICA DE GÁS: UM LONGO COMBATE PELO PATRIMÓNIO

Paulo Oliveira Ramos

Universidade Aberta e Instituto de História da Arte, FCSH / Universidade NOVA de Lisboa

Resumo

O combate pelo património que esta dissertação versa durou sessenta e dois anos. Sessenta e dois anos! Apesar de o título, por si, deixar porventura entrever já o tema em estudo, aqui fica uma breve súmula do seu conteúdo.

Em 1887, a Câmara de Lisboa deliberou ceder os terrenos junto da Torre de Belém à *Gaz de Lisboa* para instalação das suas diversas oficinas e vastos depósitos de carvão e outros materiais. Os clamores e os protestos veementes foram imediatos e unânimes. Como esquecer a admirável prosa de Ramalho Ortigão a propósito desta situação? “[...] a Torre de Belem emparceira-se com a chaminé do mais vil e sordido barracão, a qual sacrilegamente a cuspinha e enodôa com salivadas de um fumo espesso, gordoroso e indelével”¹.

E assim se passariam seis décadas, em campanha persistente pela remoção das instalações da referida Fábrica de Gás junto da magnífica Torre, que, aliás, segundo Raul Lino, “chegou a ser oferecida para instalação de escritórios da poderosa companhia”². Se são claros os principais actores das tentativas de salvaguarda ao longo dos anos – a imprensa, os arqueólogos, as associações cívicas, as academias, os artistas, alguns vereadores de Lisboa e certos políticos – parece legítimo concluir, também, pela repetida ineficácia dos governos e dos serviços patrimoniais oficiais.

Palavras-Chave: Património, Vandalismo, Lisboa, Belém, Torre de S. Vicente de Belém, Fábrica de Gás.

“Não pretendia que se salgasse o solo, mas mesmo assim que ali, numa parede ou no próprio chão, se incrustasse uma lápida em memória da batalha de muitas gerações contra aquela potência demoníaca”.

Aquilino Ribeiro, *O Século*, 2 de Novembro de 1949.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Esta publicação – a que o autor por uma questão de divulgação deu uma nova designação – corresponde à tese de doutoramento intitulada *A Princesinha Branca e Esbelta e o Dragão Negro e Rotundo. Um Estudo de História do Património de Lisboa, 1888 – Anos 50* defendida na Universidade Aberta em Setembro de 2003.

Interessado, há longos anos, pela história da salvaguarda do património, talvez porque nesse campo “*nous jouons avec des choses qui disparaissent, et, quand elles ont disparu, il est impossible de les faire revivre. [...] Pour nous, ce qui disparaît, disparaît à jamais: de là notre angoisse et aussi l’originalité essentielle de notre métier*”³, o presente caso pareceu-nos, desde cedo, exemplar.

Recuando até 1862, quando, bem nas vésperas da fundação da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896) fotografou a Torre de S. Vicente de Belém para a *Revista Pittoresca e Descriptiva de Portugal com Vistas Photographicas*, poder-se-ia dizer, olhando o positivo, que a Torre de Belém dominava um vasto areal, sendo este apenas pontilhado por três casinhotos (talvez barracas de banhos), pequenas embarcações, uma guarita e algumas pilhas de toros de madeira. Possidónio da Silva não sonharia que, pelos finais da década de 1880, esses terrenos seriam cedidos pela municipalidade da capital à *Gaz de Lisboa* para aí erguer a sua Fábrica de Gás e os respectivos gasómetros.

Se a edificação dessas instalações fabris deu azo, por um lado, a um pequeno número de vozes de apoio; por outro, originou todo um coro de críticas, que se prolongariam por um período de tempo longo onde a “linda e gloriosa”⁴ Torre de Belém, essa “princesinha branca e esbelta”⁵ ou “o mais peregrino entre os mais bellos monumentos”⁶ se tornou uma vítima do licenciamento da construção da Fábrica de Gás o que foi então considerado “uma vergonha nacional”⁷, sinal do “abandalhado rebaixamento a que, perante as suas tradições historicas e artisticas, podia chegar a degeneração de uma raça”⁸, por outras palavras, o “estado de selvajaria em que nos encontramos”⁹. Por tudo isso, o gasómetro, esse “dragão negro e rotundo”¹⁰, viria a ser apodado de “monstruosidade”¹¹, e as altas chaminés da fábrica qual “marinheiro ebrio a atirar fumaças do seu cachimbo para os lindos olhos d’uma donairosa mulher”¹² ou, por outras palavras, senhoras de um “bafo satânico de civilização e indústria”¹³. Em resumo, seis décadas e três regimes políticos – Monarquia, I República e Estado Novo –, durante as quais

tantos pretenderam salvar a Torre de Belém, ora levantando um protesto contra semelhante “atentado”¹⁴, ora buscando organizar um “movimento geral de repulsão”¹⁵ ou percorrer o “caminho que possa levar a vitória quaisquer que sejam os meios a empregar, ainda os mais violentos”¹⁶, isto porque “desalojar aquele monstro dali é praticar um acto de patriotismo”¹⁷, seja atirando-o “para a Matinha ou para algures, para o fundo do Tejo ou para os quintos”¹⁸.

A presente investigação balizou-se temporalmente entre 1888 e a década de 1950, i.e., desde o início da construção da Fábrica e o primeiro acorde pró-patrimonialista dado em 16 de Novembro de 1888 por Rafael Bordalo Pinheiro com o desenho “O Novo Gazometro”, e uma derradeira nota estampada num texto do *Diário de Notícias*, em 8 de Junho de 1950, com o sugestivo título: “Acabou o cativo”. Nesse período acompanhámos, *pari passu*, os tentames de salvar a Torre de Belém no que foi, sem dúvida, um momento único da história da salvaguarda do património em Portugal.

A orientação deste trabalho – que releva de algumas novas tendências dos estudos do património – procurou, também, seguir um percurso que iluminasse as ideias-força que marcaram as preocupações com a defesa e salvaguarda do património em Portugal, sobretudo, entre finais de oitocentos e meados do século XX.

Atendendo à importância das fontes documentais – que formam o corpo nuclear da nossa investigação e desempenharam um papel estruturante em quase todos os momentos da redacção – citaremos, com frequência, vários desses textos. Pensamos, apesar da extensão de alguns excertos, que a sua transcrição, ao correr do texto, faz mais sentido do que mencioná-los cirurgicamente ou remetê-los para um anexo.

O formato desta publicação – texto síntese impresso + dispositivo digital com versão integral do texto académico (que recebeu apenas ligeiras correcções quase todas já apontadas aquando da sua defesa) – corresponde bem ao projecto do autor que, de resto, não é de hoje, de continuar a estudar a salvaguarda do património entre nós.

2. DA CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA DE GÁS DE BELÉM AOS PRIMEIROS PROTESTOS (1888-1900)

A década de 80 do século XIX viu erguer em Lisboa um notável conjunto de equipamentos, entre os quais a Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos inaugurada em Outubro de 1880; em 1884 levantou-se o Palácio ou Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda para albergar a Exposição Agrícola de Lisboa desse mesmo ano; um triénio mais tarde entrou ao serviço a estação de Alcântara-Terra, então cabeça do caminho-de-ferro de Lisboa a Sintra, com os viadutos de Santa Ana e Ponte Nova sobre o vale de Alcântara erguidos pela empresa *Eiffel*. No primeiro ano da década seguinte concluiu-se a estação do Rossio e teve ainda lugar o içar da grande cúpula metálica do Coliseu dos Recreios.

A respeito destes melhoramentos conhecem-se algumas manifestações de regozijo, como aconteceu aquando do lançamento da primeira pedra das *Grandes Obras do Porto de Lisboa*: “Subiram então ao ar grandes girandolas de foguetes, e as musicas regimentaes, que se achavam formadas na margem do rio, tocaram o hymno que se misturava com os vivas entusiasticos da multidão e com os silvos agudos dos vapores da empreza constructora”¹⁹.

Por vezes, tudo se passou com algum desinteresse; assim foi na inauguração da *Estação do Rocio*: “A abertura da nova estação central, tão central que vem abrir as portas dos seus edificios no largo mais frequentado da cidade, devia ser saudada como um caso extraordinario [...] Lisboa, porém, esta pacata Lisboa que se apinha no transito de qualquer procissão [...] Lisboa viu indifferente abrir-se-lhe a porta que lhe dava ingresso na nova gare”²⁰.

Contudo, não são conhecidas vozes de protesto contra a edificação desses melhoramentos, mesmo quando acontecia um difícil diálogo com as edificações vizinhas, nomeadamente se estas eram monumentos históricos. Coisa bem diferente se passaria em breve.

2.1. A construção da Fábrica de Gás

Podia ler-se, em 1887, no *Programma do Concurso para a Illuminação a Gaz da Cidade de Lisboa*, que “a camara municipal de Lisboa abre concurso [...] para a illuminação a gaz, tanto publica como particular, da actual cidade de Lisboa”²¹. Na sessão extraordinária de 9 de Julho de 1887 da C.M.L. sabemos terem sido quatro as propostas recebidas: da *Companhia lisbonense de illuminação a gaz*; de Léon Somzée, de Bruxelas; da *Sociedade anonyma de illuminação do centro*, da Bélgica e de Kohn Reinach & Comp.^a e P. M. Oppenheim, banqueiros em Paris. Analisadas as propostas, a Câmara Municipal de Lisboa considerou que somente a da *Société Anonyme d’Eclairage du Centre* estava “dentro das condições do concurso”²², resolvendo adjudicar desde logo o contrato à Sociedade Anónima de Electricidade do Centro, de Bruxelas.

A 14 de Outubro de 1887 era lavrado numa das salas dos Paços do Concelho de Lisboa o *Contracto celebrado com a Sociedade Anonyma do Centro, de Bruxellas, para a Illuminação, tanto publica como particular, da Cidade de Lisboa* entre a Câmara Municipal e “a nova companhia *Gaz de Lisboa*, que já então tinha obtido, por trespasse da sociedade *Eclairage du Centre* a concessão para esses efeitos”²³, contrato com 71 condições, entre as quais a 13.^a, que rezava assim: “A fabrica ou fabricas serão situadas em ponto escolhido de accôrdo com a Camara”²⁴. Bem a propósito, num texto manuscrito da *Gaz de Lisbonne*, intitulado *Note sur les installations nouvelles*, ficou a saber-se que à *Gaz de Lisboa* ofereciam-se dois terrenos: um em Alcântara, outro “à la Tour de Belem”²⁵. O autor do texto acrescentou: “Le dernier seul restait effectivement disponible

et susceptible d'être occupé à bref délai. Il appartenait à la ville, qui le met à notre disposition, après une courte négociation, le 17 novembre 1887"²⁶.

Foi assim que a Gaz se apropriou de cerca de 42.600 m², atravessados, diagonalmente, por uma faixa de 40 m de largura para serviço do "*nouveau Boulevard marginal*" e do caminho-de-ferro, então ainda em projecto, para Cascais. Melhor do que a planta – *Plan Générale de L'Usine* – existente nos arquivos municipais do Arco do Cego e Alto da Eira, são os vários *marions* dos alçados e cortes, inéditos, guardados neste último arquivo. Aí se revela em azul e branco a pluralidade dos equipamentos construídos e o gigantismo do complexo fabril: gasómetros telescópicos com 20 m de altura, 40 m de diâmetro e 20.000 m³ de volume; casas das máquinas e caldeiras, oficinas, depósitos, armazéns, sala de condensadores horizontais e verticais, sala de lavadores e *scrubbers* com mais de duas dezenas de metros de alto e uma soberba escada em caracol; as baterias de fornos, cisternas, habitações, pavilhões, cocheiras, telheiros, garagens e as duas chaminés com 50 m de altura²⁷, tudo junto, bem junto, a uma Torre que pouco ultrapassa os 30 metros.

2.2. O apoio à fábrica

A revista *O Occidente*, no seu número de 21 de Maio de 1889, publicou um extenso artigo ilustrado com um *dezenho do natural* por L. Freire (**Figura 1, p. 32**). Aí se historiava o concurso, se dava conta do "logar escolhido" para implantação da fábrica, também das dificuldades ultrapassadas com "o auxilio da camara, muito especialmente do digno presidente e a boa vontade da Companhia dos Caminhos de Ferro"²⁸, a que o articulista acrescentou: "Desde o mez de abril ultimo que o bairro de Belem se acha illuminado pela nova companhia, e por todo o proximo mez de junho deverá essa illuminação estender-se a toda a Lisboa"²⁹. O desenho, esse, mostrava-nos uma vista geral do empreendimento, em que ressalta, num primeiro plano sobre a esquerda, um avantajado gasómetro; os edifícios da sala de emissão e os depuradores, sobre a direita; num segundo plano, ao centro, os condensadores "Walker", o edifício dos fornos, os *scrubbers* e uma chaminé fumegante e, em derradeiro plano, quase imperceptíveis, três ameias, duas guaritas e um "pavilhão das quinas" tremulando. Era a Torre de Belém visível a partir da avenida da Índia. O *Diário de Notícias*, por seu lado, na edição de 2 de Junho seguinte, referiu em lugar de destaque que "Grande número de rapazes, percorriam as ruas da baixa, dando vivas à companhia do gaz. Uma das phrases: Viva a nova companhia do Gaz! Morra a lamparina!"³⁰.

2.3. Os protestos patrimonialistas

Diga-se, claramente, que a indignação face ao instante afrontamento da Torre de Belém pela Fábrica de Gás tocou toda a sociedade portuguesa. Dos muitos testemunhos

recolhidos para o texto académico que vai em anexo, seleccionámos para esta síntese excertos das contribuições de um órgão da imprensa diária, de um autor consagrado, de dois ilustradores e de um parlamentar. E, ainda, de um viajante estrangeiro que por cá passou e não deixou de se manifestar. A atitude de base – comum a todos eles – é a condenação da situação que Sousa Viterbo enunciou em 1896 com inegável denodo: “Ceci tuera cela. Que a electricidade mate quanto antes o gaz, e que o gazometro, como inutil, como objecto duma archeologia repugnante, como um parasita detestavel, como um invejoso perverso, caia aos pedaços, cheio de ferrugem, cheio de lepra, carcomido, andrajoso, como tronco fulminado pelo raio de Deus!”³¹.

2.3.1. Imprensa diária

Nos alvares da confrontação Fábrica de Gás versus Torre de Belém será obrigatória a referência ao *Diario Illustrado*, logo desde 14 de Junho de 1888, isto é, em plenas obras de construção do complexo fabril e a um ano da sua entrada em funcionamento. Entre 23 de Dezembro de 1888 (n.º 5644) e 14 de Dezembro de 1889 (n.º 5696) publicou uma série de vinte artigos, nunca assinados, intitulados “A questão do gaz”. Relevando o direito à indignação – que outros, posteriormente, repetirão muitas vezes – escreveu então o anónimo articulista: “Se alguma vez correu ao brio nacional, ao gosto publico, e á missão dos governos o dever de se levantarem contra um attentado em que a historia, as tradições, a arte, tudo quanto possa haver de mais caro a um povo seja ao mesmo tempo affrontado e vilipendiado, é esta!”³². Num número posterior ler-se-ia: “Os clamores e os protestos são unanimes. Deu-se pulso livre á nova empreza para fazer o que quizer, para alastrar a cidade de ruinas e fazer d’ella um charco, um pântano”³³.

2.3.2. Ilustradores

Cronologicamente, o primeiro “manifesto” contra a Fábrica de Gás em Belém foi o desenho “O Novo Gazometro” (**Figura 2, p. 33**), de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), publicado nos *Pontos nos ii* logo em 16 de Novembro de 1888, isto é, seis meses depois de começarem as obras da Fábrica. Bordalo faz um retrato da praia de Belém e escreve: “Aspecto que a tôrre de Belem – um dos mais primorosos monumentos nacionaes – vae presentear aos estrangeiros que entram a barra. Um gazometro entre a torre de Belem e o convento dos Jeronymos, é, sobre um cumulo de boa administração camararia, um cumulo de bom gosto artistico”. Acutilante foi, três anos mais tarde, o desenho “Abaixo assignado”, do mesmo autor, estampado em 28 de Agosto de 1891 n’ *O Antonio Maria* (**Figura 3, p. 34**). Imagem da torre e do gasómetro e um texto dirigido ao “sr. ministro da instrucção publica e bellas artes” que rezava assim: “Os redactores, collaboradores, leitores e não leitores do Antonio Maria teem a honra de ponderar ao sr. ministro da instrucção publica e bellas artes que, visto as companhias do gaz serem agora só

e não necessitarem de tantos gazometros, seria decoroso para o paiz libertar a torre de Belem da vergonhosa visinhança com que a dotaram a estupidez e a ganancia dos srs. argentarios". Cinco anos depois, também n' *O António Maria* (8 de Outubro de 1896), Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (1867-1920) ocupou toda uma página intitulado o seu notável desenho de "Pobre Noiva!..." (**Figura 4, p. 35**), podendo ler-se *en bas de page*: "Casamento da linda princeza – A torre de Belem – com o sr. Gazometro, por obra e graça da Camara, e sancionado com a indiferença estúpida de Zé Povinho. Quanto á Arte que chore, ou então... que vá á fava!".

2.3.3. Autor consagrado

Em 1896, aquando da edição do seu livro *O Culto da Arte em Portugal*, onde evoca "todos os attentados de que teem sido e continuam a ser objecto, perante a mais desastrosa indiferença dos poderes constituídos, os monumentos architectonicos da nação"³⁴, Ramalho Ortigão escreveu também: "[...] a Torre de Belem emparceira-se com a chaminé do mais vil e sordido barracão, a qual sacrilegamente a cuspinha e enodôa com salivadas de um fumo espesso, gordoroso e indelevel, como se a incomparavel joia d'esse marmore, que o sol portuguez carinhosamente sobredourara pelos afagos de tres seculos, houvesse sido tão subtilmente cinzelada pelos artistas manoelinos para escarrador de mariolas, por cima do qual todavia ainda algumas vezes, em dias de gala, se desfralda e tremula o pavilhão das quinas, mascarrado de carvão como um chéché de entrudo"³⁵.

2.3.4. Parlamentar

Na sessão de 27 de Janeiro de 1897, o par do reino Fernando Larcher (1857-1922) mandou para a mesa um projecto de lei destinado a "conservar e classificar os monumentos nacionais". Num preâmbulo do maior interesse, a certa altura, como corolário "das vicissitudes padecidas pelos nossos monumentos no decorrer deste seculo", escreveu: "Pois bem: apesar da proximidade dos poderes publicos, corporações scientificas e academias de artes ou letras, que lhe não deram protecção; apesar da supposta força da imprensa e da boa vontade de toda a gente illustrada, que em nada lhe valeram; a despeito, mesmo, do rigor e severidade das leis militares, para o caso, manifestamente impotentes, consumou-se um ignominioso attentado, sendo tudo quanto então se fez, inteiramente inutil, para salvar o misero monumento da macula com que o polluiram.

[...]

E, infelizmente, ainda não é tudo. Os espessos rolos de fumo saíndo ás golfadas pelas bôcas das chaminés, alem de tsnar a delicada patina originada pelo tempo, exercem, combinados com os agentes atmosphericos, uma acção corrosiva sobre os materiaes de que é construida a malfadada torre; e não será, portanto, para admirar se dentro

em breves annos, estiver completamente obliterado esse monumento, que representa indubitavelmente, um dos melhores cantos da epopeia portugueza”³⁶.

2.3.5. Viajante estrangeiro

Apesar do número reduzido os exemplos recolhidos são testemunhos que lograram, todavia, incluir-se no grupo dos protestos patrimonialistas, pois igualmente se pronunciaram sobre o afrontamento da Torre de Belém pela Fábrica de Gás. Assim aconteceu com Juliette Adam (Juliette Lamber) (1836-1936) na obra *La Patrie Portugaise. Souvenirs Personnels*, de 1896, incluída nas suas *Oeuvres complètes*. Aí escreveu: «*La municipalité de Lisbonne a commis le crime impardonnable de placer à côté de la tour de Belem une usine à gaz*»³⁷. A mesma “*femme de lettres*” francesa – que viria a ser capa da *Ilustração Portuguesa* em 12 de Abril de 1909, e alvo de um artigo ilustrado no mesmo número – escreveria noutro momento: “Mas os espiritos do mal, torpemente invejosos e cheios de ciúme, haviam se lentamente colligado contra a *Torre da Belleza*. Negros, vomitando fumo de envolta com a sua baba pestilente, espalharam na pura atmosphaera da terra, uma densa chuva que feria como dardos agudissimos os finos arabesco, empastando-os e abastardando-os, e afeando assim a torre.

Rugidos repletos de ameaças, erguiam-se todos os dias do ventre caliginoso do monstro, casando-os com os gemidos do vento e com os outros sibillos apaixonados e dramaticos da tempestade.

Vi a *Torre da Belleza* e a minha compaixão foi profunda. Onde está em algum velho paiz cavalheiresco, o cavalleiro que há de vir libertar a *Torre da Belleza*?”³⁸.

3. O ENVOLVIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1901-1912)

No quadro da história da salvaguarda do património em Portugal será de relevar, no início do século XX, a construção entre nós – com considerável atraso face aos parceiros europeus – de um edifício legal para protecção do património. Essa legislação, iniciada pelo decreto de 30 de Dezembro de 1901³⁹ que estabelecia as *Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais*, teve, como consequência, a classificação dos primeiros monumentos nacionais em 1906, 1907 e 1908.

Ex-libris da cidade, marco maior da sua faixa litorânea – aquela que Damião de Góis considerava “a parte mais nobre” de Lisboa – não será de estranhar que se tenha escrito no ano em que a Torre de Belém foi classificada ‘monumento nacional’: “Penalisa, a quantos se interessam pelos progressos do paiz e desejam que o aspecto da sua capital não nos envergonhe perante os que a visitam, o estado em que se encontra a mais bella faixa da cidade que se estende da Praça do Comercio até Belém e Algés [...] Para não

destoar d'essa nota triste lá está [...] a formosa torre de Belem affrontada pela visinhança da fabrica do gaz"⁴⁰.

3.1. A continuação dos protestos

Apesar do apelo feito por Rafael Bordalo Pinheiro n' *O António Maria* ao conde do Res-telo para "expulsar da praia do seu título e de cima da formosa Torre o odiavel gaso-metro"⁴¹; este, ao entrar o novo século – e já outra vez presidente da Câmara Municipal de Lisboa – pouco ligará ao pedido do criador da figura do "Zé Povinho". Na verdade, depois de tantas críticas, vinda de diversos lados, talvez se esperasse que quando a Câmara Municipal de Lisboa assinou em 7 de Março de 1901 um novo contrato com as Companhias Reunidas Gás e Electricidade algo mudasse substancialmente. Mas, tão só, surgiu um artigo – o 88.º – nesse contrato, a recomendar a mudança do gasómetro. Foi sobre este cenário que (re)apareceram – elas, afinal, nunca se extinguíram, renascen-do ora e logo, como a fénix – as vozes inconformadas de alguma imprensa, escritores, ilustradores, viajantes estrangeiros e, com certo destaque, agora também, os arque-ólogos, quer nas reuniões da sua associação, quer em posições públicas. A Torre de Belém seria, por exemplo, focada em sessão da assembleia geral da R.A.A.C.A.P. de 12 de Fevereiro de 1906 pelo architecto Rosendo Carvalheira, intervenção que recolheria "geraes e repetidos apoiados" e, nos dias seguintes, em cartas enviadas a três ministé-rios e à Câmara Municipal de Lisboa.

3.2. A reacção camarária

Em breve seria a própria Câmara Municipal de Lisboa a reagir, na pessoa do vereador Dr. Afonso de Lemos (1865-1944). Na verdade, quando este apresentou em sessão da Câmara Municipal de Lisboa de 25 de Agosto de 1910 a proposta que de seguida se transcreve, abriu-se uma nova página no combate Torre de Belém versus Fábrica de Gás, aquela em que mais se distinguiu a edilidade lisboeta: "Attendendo a que os terre-nos juntos á Torre de Belem, onde estão as fabricas do gaz, pertencem a esta Camara, sendo portanto, da sua directa responsabilidade o estado miseravel em que, devido a tal visinhança, se encontra aquelle monumento nacional tão digno de melhor sorte; attendendo a que não existe qualquer contracto de arrendamento a longo prazo que iniba esta Camara de usar dos seus direitos de senhoria para com aquelle inquilino: pro-ponho que a Companhia do gaz seja intimada a retirar, até ao fim do primeiro semestre de 1911 todos os utensilios do fabrico de gaz que possui actualmente n'aquelles terre-nos, ficando estes completamente desembaraçados n'aquella data para a Camara lhe poder dar outro destino mais proprio, como possa ser a construcção d'um jardim"⁴².

Na vastidão da correspondência recebida pela Presidência da Câmara Municipal de Lisboa foi possível encontrar alguns ofícios de apoio à Câmara, ao seu presidente e/

ou ao vereador Afonso de Lemos, seguramente à causa da defesa da Torre de Belém. Logo em 5 de Setembro de 1910 a *Associação dos Architectos Portugueses*; a 20 do mesmo mês, Jorge Colaço, em nome da Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes, dando “publico testemunho do seu enthusiasmo pela proposta do sr. Dr. Affonso de Lemos que acaba de ser approvada afim de se conseguir desafrontar das installações anti-estheticas e, perdõe-se-nos o termo, asquerosas que rodeiam a Torre de Belem”⁴³. A *Commissão Republicana da Freguezia de Belem* saúdou a 27 de Setembro o “nosso dedicado correlegionario e digno vereador, o illustre cidadão Dr. Affonso de Lemos, para a transferencia das officinas mais fabricas que as Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade teem junto a esse peregrino monumento nacional que se chama a Torre de Belem, que para vergonha as vereações monarchicas permittiram que chegasse ao estado vergonhoso em que se encontra”⁴⁴.

Confortada por estes apoios, em 30 de Setembro – a uma semana do 5 de Outubro que veria a vitória da República – finalmente, a Câmara Municipal de Lisboa dirigiu-se pelo officio n.º 1616 aos *Directores da Sociedade das Compas. Reunidas Gaz e Electricidade*. Aí se dizia: “Em sessão de 15 do corrente deliberou esta Camara que seja desoccupado, até ao dia 30 de Junho do proximo futuro anno de 1911, o terreno municipal junto á Torre de Belem, que tem sido occupado pelas fabricas de Gaz e outros utensilios d’essa Sociedade.

Em virtude d’esta deliberação, apenas imperada em intuitos simples e verdadeiramente patrioticos de libertar da natural mal vizinhança das vossas fabricas de gaz a Torre de Belem, monumento tão bello em si e na sua significação historica e que por isso deve ser querido e respeitado por todos os bons portugueses, cumpre-me avisar a Sociedade das Companhias Reunidas Gaz e Electricidade para que se sirva entregar a esta Camara, até áquelle data, o referido terreno municipal”⁴⁵.

3.3. O julgamento do “Processo da Fábrica de Belém”

Já em 1911, Afonso de Lemos, em sessão da C.M.L., “occupou-se novamente da existencia do gazometro e officinas da Companhia do Gaz nos terrenos juntos á Torre de Belem, bella obra de arte que esta visinhança tanto tem prejudicado”⁴⁶. E, mais à frente, “Tendo a Sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade contestado o direito que esta Camara [...] proponho que ao serviço do Contencioso seja ordenado que á referida Sociedade se instaure a competente acção judicial”⁴⁷.

Posteriormente, o primeiro trimestre de 1912 perfilar-se-ia como o do “ajuste de contas” entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Companhias Reunidas Gás e Electricidade, tendo aquela podido contar com um apoio deveras importante: a imprensa. Segue-se um exemplo entre os muitos recolhidos. O *Novidades*, de 2 de Março, estampou na sua primeira página, na rubrica “Casos do dia”: “A torre celebre. Ora aqui está um caso

em que nós não duvidamos, para salvar uma joia, de atirar com a Lei ao rio. Isto no caso que a Companhia tivesse justiça. Porque tem ou não tem valor, a torre? Tem. É ou não é um monumento nacional? É. Está arrumado. Resolva-se: “quem tem razão é a Camara; ainda que a Camara a não tenha”. E toca a pôr os caldeirões a voar”⁴⁸.

Na história do apoio da imprensa à defesa da Torre de Belém entrevemos dois outros textos fundamentais: um, publicado n’*O Occidente*, a 10 de Março de 1912, enchendo nomeadamente toda a primeira página, vinte e três anos depois desta revista ter saudado o estabelecimento da Fábrica; e outro, na *Ilustração Portuguesa*, do dia seguinte, este segundo abundantemente ilustrado com diversos *clichés* da autoria de Joshua Benoliel (**Figura 5, p. 36**), em concreto da Torre e da Fábrica, também de Afonso de Lemos, bem como da sala do Tribunal do Comércio no “dia 1 de março, na ocasião em que se discutia a questão entre a Camara Municipal e a Companhia do Gaz”⁴⁹.

Os esforços para libertar a Torre, ora de cariz judicial, esgotar-se-iam, dia-a-dia, como foi possível perceber: “A municipalidade de Lisboa, como os antigos cavaleiros, sahiu a campo em defesa da sua dama. Teve um gesto cavalheiresco gentil, que foi perder-se na rabulice de um tribunal onde ela tentou a acção contra os iconoclastas”⁵⁰. Como mais tarde concluiriam os arqueólogos, “Em virtude da boa vontade do Dr. Afonso de Lemos nasceu a questão em 1911, mas este vereador, terminado o seu mandato não teve quem na Camara lhe continuasse o bom desejo da solução da Torre de Belém”⁵¹. Na verdade, “a acção arrastou-se, apesar dos protestos da Imprensa, da Sociedade Nacional de Belas Artes e da Associação dos Arqueólogos, e acabou por ser perdida pelo Município”⁵².

4. O GRITO DA SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA LISBONENSE (1913-1922)

O pano de fundo deste capítulo é todo ele marcado pela acção da imprensa escrita e desenhada. Vimo-la em intervenções tão interessantes quanto à questão da Fábrica de Gás *versus* Torre de Belém logo desde 1913. Desse ano registámos, entre outras, uma página do primeiro número d’*O Thalassa*, a propósito da visita de jornalistas ingleses a Lisboa⁵³ mas, posteriormente, viria sobretudo a destacar-se *O Seculo Comico*. Depois de uma capa em 17 de Julho de 1916 marcada pelas silhuetas da Torre de Belém e do gasómetro⁵⁴, o realce seguinte foi, sem dúvida, para o número de 7 de Agosto do mesmo ano, onde Stuart Carvalhais (1887-1961) (**Figura 6, p. 37**) preencheu toda uma página com as aventuras de “Quim e Manecas” (Fim do 2.º episódio da 7.ª parte do Pé Fatal), em que a Manecas convida o Quim “para ir ver as boas obras que devemos á Companhia do Olho do Gaz Vivo” – aqui, qualquer semelhança não é pura coincidência – nomeadamente em Belém, onde a Torre era um “castelo branco” antes de aparecer o “monstro negro”. Em 1917, J. Neutral “proferiu” uma longa “Palestra Amena” (*O Seculo*

Comico, 10 de Setembro, p. 2) onde se podia ler: “Não era mais pequena nem menos repugnante a mole da Bastilha e ela foi demolida n’um abrir e fechar de olhos. Depois seguem-se as palmas, a aprovação unanime e fica-se admirado do que ha mais tempo não tenha ocorrido semelhante remedio. Não aprovamos violencias, mas estamos tão habituados a elas, que não nos supreenderiamos se, ao acordarmos um belo dia ouvissemos dizer: – Lá deitaram a baixo o gazometro de Belem”. Dois anos mais tarde, a 22 de Setembro de 1919, outra capa, ora com traço de Rocha Vieira, onde se vê o Zé Povinho “Incitando os rapazes: – Força!” a removerem o gasómetro do areal de Belém (Figura 7, p. 38).

4.1. A criação e acção da Secção de Arqueologia Lisbonense

O estudo dos arquivos manuscritos da Associação dos Arqueólogos Portugueses confirma a notícia do *Boletim de Architectura e Archeologia*...⁵⁵ que dava conta do ofício do sócio José Joaquim de Ascensão Valdez, secretário da *secção de archeologia*, apresentado na Sessão de Assembleia Geral em 9 de Março de 1901, participando a nomeação de sete subsecções no âmbito da sua secção, entre as quais a 4.ª dedicada à *Archeologia de Lisboa*. Para além de uma referência análoga no *Relatório das actas do Conselho Facultativo em 1901*⁵⁶, infelizmente, nem o *Boletim*, nem os arquivos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, nos dão mais dados acerca da subsecção de Arqueologia Lisbonense, ao contrário do que acontece para as outras subsecções nos anos seguintes: nem reuniões ou actas, nem actividades sobre a sua chancela, nem mesmo se encontrou referência à sua eventual extinção. Esta situação manter-se-á até 1912. Após 1910, o associativismo, nos mais variados domínios, reforçou-se, a que não será estranho o direito de reunião e de associação inscrito na Constituição Portuguesa de 1911. Formaram-se então pelo país várias associações ligadas ao património, tendo algumas delas contactado com a A.A.P., tida por “precursora da defeza e conservação dos monumentos nacionaes, pois foi a primeira entidade legalmente constituida que se occupou delles”⁵⁷.

Assumindo-se a Associação dos Arqueólogos Portugueses como uma associação do património de Portugal em geral e, de Lisboa, em particular, não parecerá estranho que viesse a (res)surgir no seu interior uma estrutura activa dedicada exclusivamente à capital. Assim, na Sessão de Assembleia Geral de 13 de Maio de 1912, presidida por Gustavo de Matos Sequeira, Jesuíno A. Ganhado propôs: “1.º Que seja creada uma nova secção, denominada de “Archeologia Lisbonense”; 2.º Que para a presidencia de honra desta nova secção seja nomeado o sr Visconde de Castilho. 3.º Que esta nova secção se considere desde já constituida de modo seguinte: presidente, José Queiroz; secretario, Mattos Sequeira; vogaes, Ascensão Valdez, D. José Pessanha, F. S. O’Sulivand, C. Mena Junior, Victor Ribeiro e o auctor da proposta, Ganhado, bem como qualquer outro consocio que se queira dedicar ao estudo em questão, de tão momentosa urgência”⁵⁸.

Desde cedo que os eruditos que a compunham trocaram impressões nas reuniões da Secção de Arqueologia Lisbonense acerca do melhor modo de conseguir a publicação de diferentes escritos sobre arqueologia lisbonense “visto [...] o nosso boletim ser escasso em folhas, sair muito espaçadamente e com muita regularidade [sic]” (Sessão de 10 de Abril de 1913). Mas outras lides estiveram na mira da S.A.L., como a defesa do Rossio “típico” contra o Rossio “universalista”, o inventário dos monumentos e trechos monumentais de Lisboa e a realização da Exposição Olisiponense de 1913, “êxito indiscutível, e uma surpresa para Lisboa que enchia todas as tardes as salas do Museu”⁵⁹. Com estas actividades, a Secção de Arqueologia Lisbonense “por pouco, como escreveu Gustavo de Matos Sequeira, não absorveu, pela sua nomeada e pela sua actividade, a própria Associação, de que ela era, apenas, um elemento de vida”⁶⁰. Mas de todos, o primeiro momento significativo de intervenção da S.A.L. no campo da defesa do património de Lisboa prendeu-se com a ameaça de derrube do “historico arco de Sto. André, que, por tantas razões merece o respeito de todos os portugueses e que significa alguma coisa mais de que um simples empecilho que se destrôa sem hesitar, por ser um dos poucos restos da cêrca antiga de Lisbôa”⁶¹. Este “*cri-de-coeur*” foi o verdadeiro balão de ensaio para a campanha da Torre de Belém.

4.2. O Movimento pró-Torre de Belém

A mais remota referência dentro da Secção de Arqueologia Lisbonense ao afrontamento da Torre de Belém pela Fábrica de Gás teve lugar na sessão de 21 de Outubro de 1913, encontrando-se a notícia numa pequena folha solta manuscrita, não transcrita no seu primeiro livro de actas. A partir daqui muitas intervenções dar-se-iam no quadro das reuniões da Secção de Arqueologia Lisbonense. Exactamente um ano passado sobre a primeira menção, na sessão em que o presidente José Queirós declarou “inaugurada a nova epocha de estudo e trabalho”⁶², D. José Pessanha acentuou “a necessidade de que ella [S.A.L.], neste novo período, leve a cabo um empreendimento que dê lustre á Associação”. José Queirós, concordando com Pessanha, lembrou “que a secção se occupe da remoção da fabrica do Gaz de junto da linda Torre de Belem”, ideia “calorosamente applaudida por todos os vogaes presentes”⁶³. Estava dado o mote para uma cruzada que se arrastaria por anos. Sob o título anterior a S.A.L. conduziu três principais acções.

4.2.1. A circular

Na Sessão de 24 de Novembro de 1914 os membros da S.A.L. assumem que “na impossibilidade de se evitar rapida e praticamente esse indigno vandalismo, [é altura de formular] um protesto colectivo contra essa barbara destruição”⁶⁴. Entrados em 1917, Alfredo Guimarães “falla do estado da Torre de Belem e péde, que, a valêr, se trate do assumpto. Desejaria que a associação tomasse a iniciativa d’um formal protesto contra

este estado deplorável, motivado pela proximidade da fábrica do gás”⁶⁵. Finalmente, em 1 de Março de 1918, D. José Pessanha “lê o modelo de circular, que segundo combinação anteriormente feita para serem dirigidos às diferentes agremiações científicas, literárias, artísticas e aos jornais [sobre] o momentoso assunto [...] S. Ex.^a lembra ainda que seria da maior conveniência preparar o terreno para a futura sessão conjunta de todas as sociedades históricas, científicas, literárias e artísticas sobre a Torre de Belém”⁶⁶.

Por instâncias de Nogueira de Brito, a sessão de 31 de Maio de 1918 foi preenchida com a discussão do problema da Torre de Belém. Na sessão seguinte, o presidente informou que está há semanas na tipografia o original do convite a dirigir a “varias colectividades para nomearem um delegado a sessão conferência em que se debata a questão da Torre de Belém”⁶⁷. Dez meses volvidos, em 4 de Abril de 1919, Jesuíno Ganhado, pedindo a palavra, “pergunta se desde a última sessão se fez alguma coisa com respeito à Torre de Belém, ou se se deu algum andamento aos trabalhos encetados no ano findo”. D. José Pessanha diz que vai “lêr alguns documentos com a leitura dos quais responderá ao Sr. Ganhado. Lê a circular datada de 17 de Maio de 1918, circular que foi enviada a toda a imprensa e a todas as colectividades artísticas, científicas e literárias do país, passando em seguida a lêr as respostas que, em número reduzido foram recebidas”.⁶⁸ Na verdade, ao longo dos meses de Junho e Julho de 1918, chegaram à A.A.P. várias respostas ao ofício-circular. Um exemplo: dos *Amigos do Museu de Arte Antiga*, juntando “os seus esforços [sic] aos da Comissão nomeada para tratar dos meios a empregar para conseguir a remoção das instalações industriais que irreverentemente profanam a histórica e formosa Torre de Belém”⁶⁹. Apesar de constar no rosto da representação a data de 29 de Abril de 1919, só seria entregue no ano seguinte, como se verá.

4.2.2. O cartaz de A. de Sousa

O gradual envolvimento da S.A.L. na salvaguarda da Torre de Belém iria entretanto conhecer uma contribuição aparentemente invulgar no quadro dos ritos de protesto. Pela boca do presidente a Secção soube “que sobre a T. de Belém o Sr. A.[lberto] de Sousa teve a bela lembrança de executar um cartáz com a Torre”⁷⁰. D. José Pessanha pôs, de imediato, “à disposição da ideia de ser levado a cabo o cartaz de Alberto de Sousa, o valor material que fôr necessário para se realizar tão bela empresa!”⁷¹.

Logo na sessão seguinte “o sr. A. Sousa mostra o cartáz de que se falou na sessão anterior. O Sr. Presidente diz que é brilhante o trabalho do Sr. A. Sousa e o Sr. R. Simões pede para que na acta se consigne um voto de agradecimento ao Sr. A. Sousa o que é unanimemente aprovado, associando-se a essa bela ideia o Sr. M. Sequeira”⁷².

O cartaz foi impresso com as dimensões de 1,10 m X 0,85 m, com o desenho da Torre a ouro e os seguintes dizeres em letra verde: *Salve-se a Torre de Belém! A Associação dos Archeologos Portugueses envia o seu apelo a todos os cidadãos para que se unam*

em defesa do mais típico monumento do nosso património artístico (Figura 8, p. 39). Foram feitos 500 exemplares “dos quais se afixaram 480, muitos deles em localidades que eram residência de sócios correspondentes”⁷³. Quanto a Lisboa, palco fundamental do combate, deve ter recebido a maioria dos cartazes. Alguém que, como poucos, viveu os acontecimentos, Matos Sequeira, lembraria mais tarde esta faceta da “Campanha da Torre de Belém em que eu e Alberto Sousa, feitos cartazeiros, de escada e lata de goma, andámos a pregar cartazes nas esquinas e nos cafés de Lisboa”⁷⁴. Contudo, a *Revista de Turismo* escreveria em 5 outubro de 1919 que “Essa manifestação, se bem que patrioticamente intencionada, não representa mais do que um novo brado platónico a juntar aos muitos que teem já écoado por este ambiente de ideias sonhadores. De positivo – nada mais”⁷⁵.

4.2.3. O “abaixo-assinado”

Apesar de alguma descrença dentro da Secção de Arqueologia Lisbonense numa solução para o desmantelamento ou transferência da Fábrica de Gás – e, logo, na libertação da Torre de Belém – continuou a recolha de assinaturas, pois, como se lerá *Relatório da Gerência de 1919*, “A sua libertação das mãos impuras, torpes e por demais gananciosas da suja industria do Gas e Alcatrão é uma questão de fama nacional. Infamia será por certo o seu abandono à ruína cancerosa e aniquiladora, a que parece está condenada”⁷⁶.

Finalmente, a 12 de Março de 1920, a representação, conjuntamente com o abaixo-assinado, foi depositada na Câmara Municipal de Lisboa. O documento posto nas mãos da edilidade lisiponense, historiava, em primeiro lugar, o caminho perseguido desde 1888 pelos patrimonialistas: “Debalde a comissão dos monumentos, os escritores de arte, como Ramalho Ortigão, que ao assunto se refere numa das mais vibrantes passagens do seu livro “Do [sic] culto da arte em Portugal”, a imprensa periodica, as associações literarias e scientificas e alguns parlamentares e veriadores da camara Municipal de Lisbôa têm vehementemente protestado contra a permanencia de tais oficinas junto da maravilhosa torre”⁷⁷. Depois, centrava-se na acção da S.A.L.: “Apesar, porem, do malogro desses esforços, resolveu a Associação dos Arqueologos Portuguezes, por iniciativa da sua Secção de Arqueologia Lisbonense, reunir extraordinariamente em Assembleia geral, com a assistencia de representantes das agremiações scientificas, literarias e artisticas do paiz, e da imprensa, para se resolver sobre os meios a empregar para se conseguir que a linda e gloriosa torre seja em breve desafiada, pondo-se termo a uma situação que nos deshonor e que, sem a mais tenue vislumbre de exagero, póde e deve capitular-se de vergonha nacional. Nessa reunião, que se efetuou em 27 do corrente, foram tomadas varias deliberações, entre as quais figura a de se dirigir a V. Ex.^a esta representação”⁷⁸.

Quanto ao abaixo-assinado, as folhas com as assinaturas então entregues na C.M.L.

– 304 folhas com 6695 assinaturas, a que se devem juntar mais 35 folhas com cerca de 700 assinaturas que encontramos, passados oitenta anos, nos arquivos da Associação dos Arqueólogos Portugueses – eram encimadas pelos seguintes dizeres: *“Os abaixo assignados protestam energicamente contra a permanencia da Fabrica de Gaz junto da Torre de Belem, e declaram dar todo o seu apoio á campanha encetada pela Associação dos Archeologos Portugueses no sentido de libertar essa preciosa joia do nosso patrimonio artistico de uma vizinhança que tanto a prejudica, chegando mesmo a pôr em perigo a sua conservação”*.

Verdade seja dita, a Secção de Arqueologia Lisbonense, tão activa durante a década de 1910, com os seus “brados pela libertação da Torre de Belém das mãos impuras da suja indústria do gás e alcatrão”⁷⁹, pareceu renunciar à luta na década seguinte. Nem mais um protesto nas suas reuniões. Nem mais uma só palavra nas suas actas.

5. DO FIM DA I REPÚBLICA À OBRA DO ESTADO NOVO (1923-1950)

Dilacerada no seu íntimo e, no que se refere à questão da Torre de Belém aparentemente esgotada pelo abaixo-assinado de 1920, a I República pouco mais balbuciou até ao seu *terminus* sobre este confronto. Conhecem-se três excepções: i) Em 1923, o Governo da República nomeou uma Comissão para “estudar as condições em que pode ou deve ser feita a mudança da fabrica de gaz de Belem para outro local”⁸⁰; ii) no ano seguinte, o vereador lisiponense Beirão da Veiga propôs que a Câmara Municipal de Lisboa iniciasse com as Companhias Reunidas Gás e Electricidade as negociações necessárias procurando acordar no seguinte ponto – “As novas instalações serão estabelecidas de forma a libertar as visinhanças da Torre de Belem”⁸¹; iii) na sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa de 21 de Janeiro de 1926, Alfredo Guisado dando conta que constava “que se pensava pôr a funcionar novamente o gasómetro instalado proximo da Torre de Belem, essa bela joia architectonica que nos recorda os feitos dos nossos antepassados, o que constituiria um crime [...] e, por isso, lembrava ao sr. Presidente da Comissão Executiva a conveniencia de officiar á Companhia do Gaz, fazendo-lhe ver os inconvenientes do funcionamento do gasómetro”⁸².

Mas, pouco depois, Portugal viu ancorar a “revolução nacional”. E ali estava, em Belém, a Torre de S. Vicente que, na sua dupla estrutura, se apresentava como o monumento ideal para a nova ordem: a “torre” do castelo medieval, um “período histórico que gozou de especial fervor e favor, tanto na esfera do imaginário como na prática dos historiadores e ideólogos do Estado Novo”⁸³ e o “baluarte” – “essa plataforma saliente e angulosa destinada a receber artilharia pesada”⁸⁴ – coevo dos tempos mais heróicos da nossa história, quando os contemporâneos daquela *nau de pedra* (como lhe chamou Aquilino Ribeiro⁸⁵) cruzaram os mares na época dos descobrimentos.

5.1. “Tarefa árdua e difícil”

Para Jaime Lopes Dias, que viria a ser director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1938 e 1960, mal “iniciada a revolução nacional, logo o problema da Torre de Belém e da Fábrica foi enfrentado com boa vontade e inteligência, que em vez de demandarem prepotências atrabiliárias procuraram as bases possíveis de conciliação e de acção comum”⁸⁶. Leitão de Barros, por seu lado, lamentaria os resultados para aquela “sentinela e memória sempre viva do nosso Génio Colonizador”⁸⁷, que “abastardados portugueses, do mais criminoso período de ignorância da nossa história, puderam deixar até ao abandono em que a nossa geração a veio encontrar”⁸⁸.

Se estas afirmações tonitruantes traduzem o afã dos homens do Estado Novo em anunciar a resolução da questão da Torre de Belém, pela mesma altura, e em contraste, António Prata, jornalista dos *Écos de Belém*, escreveu o texto que se segue, ilustrado com um desenho de F. Valença (**Figura 9, p. 40**): “Não tenhamos ilusões. Demolir o famoso gazómetro é tarefa árdua e difícil. Tam difícil como convencer o camarada António Ferro que o seu *Estandarte* não tem valor, evitar que o Sr. Júlio Dantas nos fale da “Severa” ou tentar que o Dr. Manuel Heleno penteie o seu cabelo rebelde. Uma só solução se nos apresenta: – pedir ao sábio Dr. Leite de Vasconcelos que passe pelo local do *crime* e mande remover aquela jóia arquitectónica para o nosso Museu Etnológico.

Só assim, dando-lhe lugar condigno junto dos objectos pré-históricos, é que nos veremos livres dum *bichinho* que, embora *precioso* e útil, tem já direito a aposentação, com fumo e canudos por inteiro...”⁸⁹.

Entretanto, em contraponto com uma capa do *Notícias Ilustrado* onde se lia “FINALMENTE! Vai ser desafiada a Torre de Belem, padrão incomparavel da gloria nacional”⁹⁰, mas não se dizia quando, nem como, nem por quem, a Torre de Belém seria “libertada”; eis que, em 1934, Leitão de Barros pareceu encontrar a solução para o caso: o engenheiro Duarte Pacheco, duplicata (como sugeriu Alberto de Oliveira⁹¹) do Duarte Pacheco (Pereira) que assinou o Tratado de Tordesilhas, “o *grão Pacheco, Aquiles Lusitano*”⁹².

5.2. Duarte Pacheco

A história dessa descoberta encontra-se no essencial delineada num seu texto antológico – “Uma grande obra nacional que honrará quem a levar a cabo”⁹³ – publicado também no *Notícias Ilustrado*. Escreveu Leitão de Barros: “Pois bem: o engenheiro sr. Duarte Pacheco nomeou, sem alardes, uma comissão para estudar em 20 dias a remoção das instalações da Companhia do Gaz. Prende-se essa iniciativa com a libertação definitiva da Torre de Belém [...] Quem conseguir isto terá feito uma grande obra nacional, digna do agradecimento de todos os portugueses – digna da admiração de todo o mundo culto. Conseguirá, o sr. engenheiro Duarte Pacheco, interessar-se

por ela e levá-la a cabo? Porque, o preciso é êle interessar-se. Se se interessa, realiza-a pela certa!”⁹⁴.

E foi, na verdade, Duarte Pacheco (1900-1943), ministro das Obras Públicas e Comunicações desde 1932, o impulsionador da decisão fulcral: a mudança da Fábrica de Gás não para junto dos Jerónimos mas para a Matinha, como nos revelam os *Écos de Belém* de 1 de Março de 1934: “Será desta vez? [...] sabemos de ante-mão, que acaba de ser nomeada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações uma comissão que, num curto período de tempo, vai estudar a maneira de conseguir a mudança das Fábricas do gaz do Bom Sucesso para a Matinha, local em que poderão funcionar à vontade, sem receio de danificar qualquer monumento histórico. [...] Há muita gente que não se convence que êsse tão importante melhoramento se torne realidade; nós, porém, convencemo-nos que o há-de ser, e que desta vez é que talvez seja certo! Oxalá!”⁹⁵

Em 1938, ano em que Duarte Pacheco se tornou presidente da Câmara Municipal de Lisboa e ministro das Obras Públicas e Comunicações pela segunda vez, foi publicada na imprensa diária no domingo 27 de Março ⁹⁶ uma nota oficiosa da Presidência do Conselho que não só prenunciava um momento alto do Portugal salazarista – a *Exposição do Mundo Português* –, como foi um marco miliário no caminho para a desobstrução da Torre de Belém. No campo patrimonial em que permanecemos, se o Castelo de S. Jorge – “que materialmente domina Lisboa e o Tejo, deve dominar espiritualmente o País, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas”⁹⁷ – mereceu ao presidente do Conselho algumas linhas, o Palácio de Queluz valeu duas, o Museu das Janelas Verdes quatro, o Palácio de S. Bento e o Teatro de S. Carlos outras duas cada, a “Libertação definitiva da Torre de Belém”, essa, justificou uma dúzia: “Libertação definitiva da Torre de Belém: ninguém compreenderia que ao realizarem-se comemorações de datas de tão grande significado na nossa História e quando exactamente por meio delas se procura exaltar o valor da raça e o esforço mundial, aquele belíssimo monumento não esteja definitivamente livre da aviltante vizinhança que há perto de meio século o ennodoa e a nacionais e estrangeiros pode dar a falsa idea de desapêgo nosso às tradições e ao património artístico português”⁹⁸.

Ainda em 1938 o embaixador Alberto de Oliveira – que Aquilino cognominou “o propagandista máximo daquele desagravo à arte e à própria higiene ocular”⁹⁹ – publicou em Junho, em lugar de destaque da primeira página do *Diário de Notícias*, um interessantíssimo texto, que rezava assim: “[...] o entusiasmo, orgulho e comoção [...] – e é tempo de dizê-lo – transmudam-se em cólera e raiva quando ao lado da Torre, como se fora seu noivo, surge o horrendo Gasometro, rodeado de chaminés de fabrica, a infamá-la, a enfarruscá-la, a conspurcá-la. Não faltará quem veja nessa vil vizinhança algum rude sarcasmo do Presente ao Passado e a apostrofe ironica do materialismo de hoje ao heroismo de outrora. O bicho negro parece dizer à Torre branca, tão leve e

aérea como se se preparasse para voar a outra grande empresa: – “As Índias acabaram, minha lunática amiga ! Agora trata-se de Carvão, Ferro e outras feias Materias. Este é que é hoje o valor que mais alto se levanta. Acorde do seu sonho, menina !”¹⁰⁰. A concluir, o autor lembrando que Duarte Pacheco estava de volta à pasta das Obras Públicas “e ainda não deixou de estar na Comissão Nacional dos Centenários, em cujo programa a ressurreição da Torre de Belem, figura como numero essencial e condição “sine qua non” do êxito das festas”¹⁰¹, aproveitou para asseverar “que não em três anos, mas em menos de metade [...] sejam quais forem as despesas e as dificuldades, o Gasometro usurpador e intruso será removido ou aniquilado, e a bela Torre de Belem reaparecerá mais bela do que nunca, aliviada para todo o sempre de meio seculo de infernal convívio”¹⁰². Na história do desafrontamento da Torre de Belém entrevemos neste texto uma afirmação peculiar: o estabelecimento de uma data, o desejo de cumprir um determinado prazo para o desmantelamento da Fábrica.

5.3. A caminho do fim

Apesar do que se escreveu no derradeiro ano da década de 1930 – “A Torre de Belém já conta os dias que a separam da definitiva libertação”¹⁰³ – e no primeiro da de 40 – “O ano de 1940 não terminará os seus dias sem ver libertada para sempre a Torre de Belém da sua vizinhança gasométrica”¹⁰⁴ –, os *Écos de Belém* afiançavam ainda em Março de 1948 que “O gasómetro de Belém, porém, lá continua, como dantes e como sempre”¹⁰⁵. Em 1949, voltou a “*Parece[r]* que desta vez é que *desaparece* do local onde se encontra, a negra e fumarenta Fábrica do gaz, *vizinha* da Torre de S. Vicente que tão *má vizinhança* tem feito desde o ano de 1888”¹⁰⁶. E, noutro número do mesmo periódico: “Mas os meses, os anos passaram – e já lá vão dez! – e a pobre a grandiosa imagem do nosso poderio marítimo continua enfarruscada, encolhida à aproximação de minaretes de cimento e escondida entre barracões lúgubres e decrépitos”¹⁰⁷.

Aquilino Ribeiro, a quem devemos o derradeiro texto significativo pré-desafrontamento, escreveu sete meses antes do derrube das chaminés: “Se os anúncios não representam uma falsa àlerta, a obra de remoção começou ou vai começar definitivamente. Digo definitivamente porque, ano por ano, somos alvoroçados com a falsa notícia. [...] Afinal, decorreram muitos lustros sobre todas estas ameaças retóricas e muitos anos sobre as festas dos centenários [...] Mas, *eureka*, agora é de vez, proclamam-no todos os bons arautos da capital redimida, e supomos que estão convencidos disso, tanto pelo menos como os fiéis da vinda do Anticristo, os *Amigos de Lisboa*”¹⁰⁸.

Por Janeiro de 1950 foi dada a empreitada da demolição da Fábrica de Gás. Em Março, “ainda se viam de pé alguns troços da ossatura férrea do gasómetro e ainda não tinha começado a demolição da vedacção que, da estrada, mal deixava ver a rendilha-da sentinela manuelina”¹⁰⁹. Meio ano decorrido, derrubados os vários edifícios fabris,

sobravam as duas chaminés gémeas. A 7 de Junho, sob a acção de explosivos, voariam em mil pedaços.

A imprensa diária, naturalmente, fixou o momento, tendo o *Diário de Notícias* estampado na sua primeira página: “Acabou o cativoiro”¹¹⁰. Navegando em águas vizinhas *O Século* aproveitou para relembrar os pioneiros envolvidos naquele longo combate, sobretudo os que se quedaram do lado preservacionista da barricada: “Quando, em 1888, foi dada a concessão para que a fábrica do gás se instalasse junto da Torre de Belém, desde a rainha sr.^a D. Amélia até os arqueólogos, os escritores, os poetas e os pintores – muitos, em voz alta e em surdina, acusaram rudemente os responsáveis pelo atentado à joia inestimável que a Torre de S. Vicente representa não só para a nacionalidade portuguesa como para a História universal dos Descobrimentos Marítimos”¹¹¹. A fotografia, numa sequência pouco comum para o tempo – e cujo autor se desconhece –, registou *pro-memoria* o tão desejado acontecimento ¹¹² (Figura 10, p. 41).

NOTAS

¹ Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, António Maria Pereira, 1896, pp. 83-84.

² Raul Lino, *Parecer da Junta Nacional de Educação*, de 21 de Agosto de 1950, AH do Ministério da Educação. Inédito.

³ Henri Cartier-Bresson, *L’imaginaire d’après nature*, s/l, Fata Morgana, 1996, p. 21.

⁴ A.H. da A.A.P., cx. 38, Ofício do Instituto Arqueológico do Algarve, de 15 de Julho de 1918.

⁵ *Arquivo Nacional*, ano I, vol. I, n.º 6, 19 Fevereiro de 1932, p. 3.

⁶ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 83.

⁷ A.H. da A.A.P., cx. 38, Ofício do Grémio Técnico Português, [1918].

⁸ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 84.

⁹ Afonso de Lemos na Sessão de 5 de Setembro de 1910 da A.A.P.

¹⁰ *Arquivo Nacional*, ano I, vol. I, n.º 6, 19 Fevereiro de 1932, p. 3

¹¹ *Diário Ilustrado*, 1 de Janeiro de 1889.

¹² Rocha Martins, “Uma questão da cidade. A Torre de Belem e a Fabrica do Gaz”, in *Ilustração Portuguesa*, 1912, p. 337.

¹³ Quirino da Fonseca, *Memórias e Conferências sôbre História e Arqueologia*, Lisboa, Serviços Industriais da C.M.L., 1935, p. 249.

¹⁴ *Diário Ilustrado*, 1 de Janeiro de 1889.

¹⁵ “A Torre de Belém”, in *Revista de Turismo*, ano II, n.º 40, de 20 de Fevereiro de 1918, p. 126.

- ¹⁶ [1.º] *Livro de Actas da Secção de Arqueologia Lisbonense*, Sessão de 4 de Abril de 1919, p. 23.
- ¹⁷ Écos de Belem, 30 de Julho de 1949.
- ¹⁸ Alberto d'Oliveira, "Torre de Belem", in *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1938.
- ¹⁹ *O Occidente*, 10.º ano, volume X, n.º 320, 11 de Novembro de 1887, p. 254.
- ²⁰ *O Occidente*, 13.º ano, volume XIII, n.º 402, 21 de Fevereiro de 1890, p. 139.
- ²¹ *Programma do Concurso para a Illuminação a Gaz da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Democratica, 1887, p. 1.
- ²² *Actas das Sessões da Camara Municipal de Lisboa no anno de 1887*, Lisboa, 1887, p. 136 (sessão de 9 de Julho de 1887).
- ²³ *O Occidente*, 12.º ano, vol. XII, n.º 375, 25 de Maio de 1889, p. 117.
- ²⁴ Câmara Municipal de Lisboa, *Escripturas celebradas entre a Camara Municipal de Lisboa e a sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1915, p. 7.
- ²⁵ A.C. cx. 115 S.G.O., [p. 1].
- ²⁶ *Idem*.
- ²⁷ *Diário de Notícias*, 8 de Julho de 1950.
- ²⁸ *O Occidente*, vol. XII, n.º 375, 12.º ano, 21 de Maio de 1889, p. 117.
- ²⁹ *Ibidem*.
- ³⁰ *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 1889.
- ³¹ *Op. cit.*, p. 491
- ³² "A questão do gaz" IV, in *Diario Illustrado*, 1 de janeiro de 1889.
- ³³ "A questão do gaz" VI, in *Diario Illustrado*, 7 de janeiro de 1889.
- ³⁴ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 16.
- ³⁵ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, pp. 84-85.
- ³⁶ Sessão de 27 de Janeiro de 1897, in *Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino*, pp. 82-83.
- ³⁷ Paris, G. Havard Fils, Éditeur, 1896, p. 46.
- ³⁸ Publicado no jornal *O Século* e republicado no *Boletim da R.A.A.C.A.P.*, 3.ª série, tomo VIII, n.º 12, Anno 1900, pp. 183-184.
- ³⁹ *Diário do Governo* de 12 de Julho de 1902.
- ⁴⁰ José Fernando de Sousa, "Melhoramentos em Lisboa", in *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, n.º 4, Outubro 1907, p. 14.
- ⁴¹ *O Antonio Maria*, n.º 332, 4 de Dezembro de 1891, p. 4.

- ⁴² Actas da Sessão da C.M.L. de 25 de Agosto de 1910, p. 572.
- ⁴³ A.E., *Correspondência recebida pela Presidência*, N.º 476, Pt. 339.
- ⁴⁴ A.E., *Correspondência Recebida pela Presidência*, N.º 485, Pt. 348.
- ⁴⁵ A.C., *Livro de Minutas de Offícios*, 153.
- ⁴⁶ Sessão de 16 de Fevereiro de 1911.
- ⁴⁷ Sessão de 16 de Fevereiro de 1911.
- ⁴⁸ *Novidades*, 2 de Março de 1912.
- ⁴⁹ Rocha Martins, “Uma questão da Cidade. A Torre de Belem e a Fabrica do Gaz”, in *Ilustração Portuguesa*, n.º 316, 11 de Março de, 1912, p. 338.
- ⁵⁰ *O Occidente*, XXXV, n.º 1195, 10 de Março de 1912, p. 50.
- ⁵¹ Aditamento à sessão da S.A.L. de 9 de Maio de 1919.
- ⁵² Câmara Municipal de Lisboa, Sessão de 18 de Agosto de 1949, p. 9. Acta n.º 147.
- ⁵³ 1.º ano, Lisboa 6 de Março de 1913, p. 6.
- ⁵⁴ *Ilustração Portuguesa*, XIX ano, n.º 979, 17 de Julho de 1916.
- ⁵⁵ *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.ª Série, n.º 2, Lisboa, Typ. Lallement, 1901, pp. 12-13.
- ⁵⁶ *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação do Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.ª Série, n.º 5, 1902, p. 21.
- ⁵⁷ *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação do Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo X, 4.ª série, n.º 9, 1906, p. 497.
- ⁵⁸ “Acta n.º 73 da Sessão de Assembleia Geral de 13 de Maio de 1912”, in *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, t. XII, 5.ª série, n.º 11, Lisboa, Typographia do Commercio, 1912, p. 533.
- ⁵⁹ Gustavo Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. III, p. 113.
- ⁶⁰ Gustavo de Matos Sequeira, *op. cit.*, pp. 112-113.
- ⁶¹ [1º] *Livro de Actas da SAL*.
- ⁶² Sessão de 23 de Outubro de 1914.
- ⁶³ *Idem*.
- ⁶⁴ Sessão de 24 de Novembro de 1914.
- ⁶⁵ Sessão de 12 de Janeiro de 1917.
- ⁶⁶ Sessão de 1 Março de 1918.
- ⁶⁷ Sessão de 7 de Junho de 1918.

⁶⁸ Sessão de 4 de Abril de 1919.

⁶⁹ A.H. da A.A.P., cx. 38.

⁷⁰ Sessão de 30 de Maio de 1919.

⁷¹ *Idem*.

⁷² Sessão de 6 de Junho de 1919.

⁷³ “Relatório da Gerência de 1919”, in *Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa, MDCCCCXXVI, p. 147.

⁷⁴ Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. III, p. 113

⁷⁵ “Torre de Belem”, in *Revista de Turismo*, Ano IV, n.º 79, Lisboa, 5 de Outubro 1919, p. 55.

⁷⁶ “Relatório da Gerência de 1919”, in *Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa, MDCCCCXXVI, p. 146.

⁷⁷ A.H. da A.A.P., cx. 38.

⁷⁸ A.H. da A.A.P., cx. 38.

⁷⁹ Conde de São Paio (D. António), “Para a História da Associação dos Arqueólogos Portugueses”, in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. IV, Lisboa, 1938, p. 31.

⁸⁰ Sessão da Comissão Administrativa das C.R.G.E. de 19 de Junho de 1923, p. 25.

⁸¹ C.M.L., Sessão de 18 de Novembro de 1924, p. 381.

⁸² *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Camara Municipal de Lisboa, Ano de 1926*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1926, p. 36.

⁸³ João Medina, “Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do salazarismo”, in *História de Portugal* (João Medina, dir.), vol. XII, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, p. 34.

⁸⁴ Rafael Moreira, “A Torre de Belém”, *O Livro de Lisboa* (Irisalva Moita, coord.), Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p. 178.

⁸⁵ Aquilino Ribeiro, “A Torre de Belém”, in *O Século*, 2 de Novembro de 1949.

⁸⁶ Jaime Lopes Dias, “A Nova Fábrica do Gás”, in *Revista Municipal*, 1940, Ano I, N.º 3, p. 72.

⁸⁷ Leitão de Barros, “Uma grande obra nacional que honrará quem a levar a cabo”, in *Notícias Ilustrado*, n.º 299, 1934, p. 12.

⁸⁸ *Idem, Ibidem*.

⁸⁹ António Prata, “O Gasómetro de Belém”, in *Écos de Belém*, Ano I, n.º 16, 16 de Agosto de 1932, p. 5.

⁹⁰ *Notícias Ilustrado*, 198, II Série, 27 de Março de 1932.

⁹¹ Alberto d’Oliveira, “Torre de Belem”, in *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1938, p. 1.

⁹² *Os Lusíadas*, Canto I, estância 12.

⁹³ Leitão de Barros, “Uma grande obra...”, in *Notícias Ilustrado*, n.º 299, Série II, 1934, p. 12.

⁹⁴ Leitão de Barros, *ibidem*.

⁹⁵ *Écos de Belém*, ano III, n.º 53, 1 de Março de 1934, p. 3.

⁹⁶ Seguimos o texto estampado nas páginas 1 e 2 do *Diário de Notícias* desse dia.

⁹⁷ *Revista dos Centenários*, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, p. 4.

⁹⁸ *Revista dos Centenários*, *idem*, p. 5.

⁹⁹ Aquilino Ribeiro, "A Torre de Belém", in *O Século*, 2 de Novembro de 1949.

¹⁰⁰ Alberto d'Oliveira, "Torre de Belem", in *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1938, p. 1.

¹⁰¹ *Idem*, *ibidem*.

¹⁰² Alberto d'Oliveira, *ibidem*.

¹⁰³ *Revista dos Centenários*, Junho de 1939, p. 28.

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, de 8 de Fevereiro de 1940, reproduzido na *Revista dos Centenários* de Fevereiro de 1940.

¹⁰⁵ *Ecos de Belém*, ano XVIII, n.º 638, 13 de Março de 1948, p.1.

¹⁰⁶ *Écos de Belém*, ano XVIII, n.º 710, 30 de Julho de 1949, p. 1: "A Torre de Belém e a Fábrica de Gaz". Itálico no original.

¹⁰⁷ "Belém, a Enfarruscada...", in *Écos de Belém*, ano XVIII, n.º 711, 6 de Agosto de 1949, p.1.

¹⁰⁸ *O Século*, 2 de Novembro de 1949.

¹⁰⁹ *Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1950.

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1950.

¹¹¹ *O Século*, 8 de Junho de 1950.

¹¹² *Diário da Manhã*, 8 de Junho de 1950.

FIGURAS

FIGURES

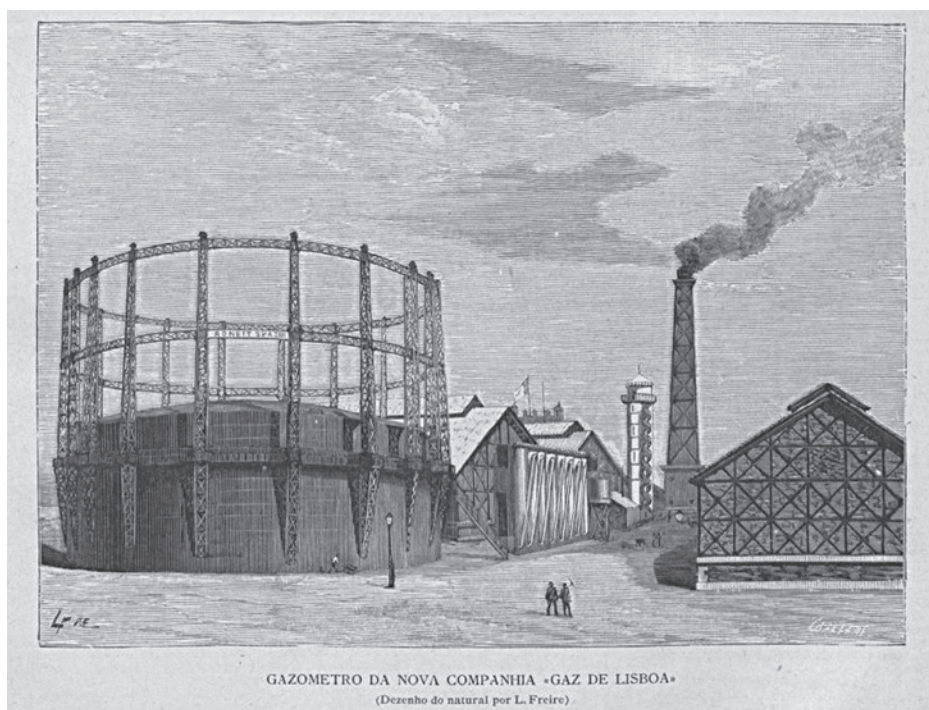


Figura 1 – L. Freire, "Gazometro da Nova Companhia 'Gaz de Lisboa'", in *O Occidente*, 21 de Maio de 1889.

Figure 1 – L. Freire, "Gazometro da Nova Companhia 'Gaz de Lisboa'" (Gazometer of the New Company 'Gaz de Lisboa'", in *O Occidente*, 21 May 1889.



Figura 2 – Rafael Bordalo Pinheiro, “O Novo Gazometro”, in *Pontos nos ii*, 16 de Novembro de 1888.

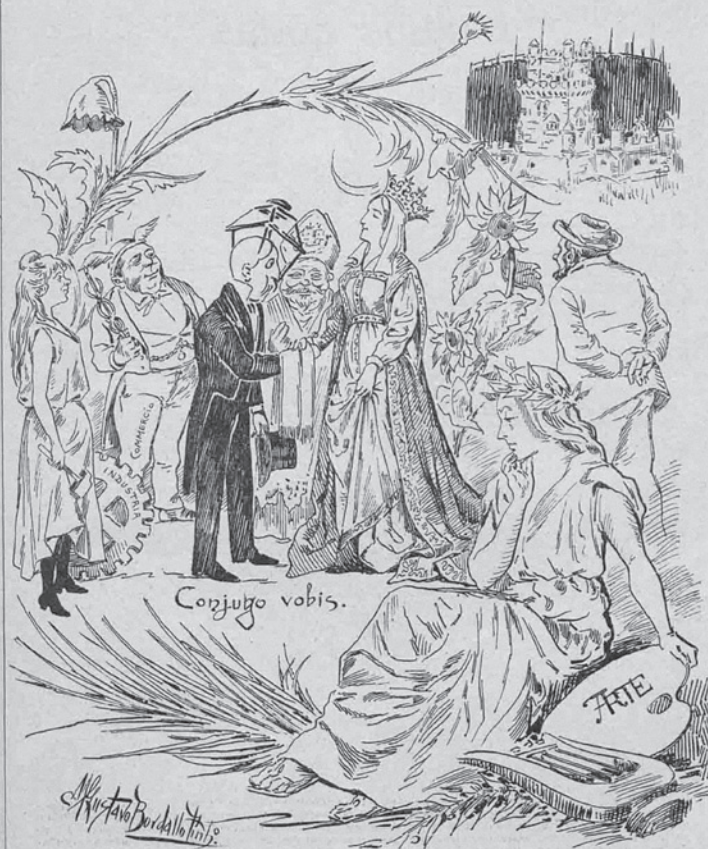
Figure 2 – LRafael Bordalo Pinheiro, “O Novo Gazometro” (The New Gasometer), in *Pontos nos ii*, 16 November 1888.



Figura 3 – Rafael Bordalo Pinheiro, “Abaixo assignado”, in *O Antonio Maria*, 28 de Agosto de 1891.

Figure 3 – Rafael Bordalo Pinheiro, “Abaixo assignado” (Petition), in *O Antonio Maria*, 28 August 1891.

POBRE NOIVA!...



Casamento da linda princesa — A torre de Belem — com o sr. Gazometro, por obra e graça da Camara, e saneado com a indiferença estúpida de Zé Povinho. Quanto á Arte que chore, ou então... que vá á fava!

Figura 4 – Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, “Pobre Noiva!...”, in O Antonio Maria, 8 de Outubro de 1896.

Figure 4 – Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, “Pobre Noiva!...” (Poor Bride), in O Antonio Maria, 8 October 1896.

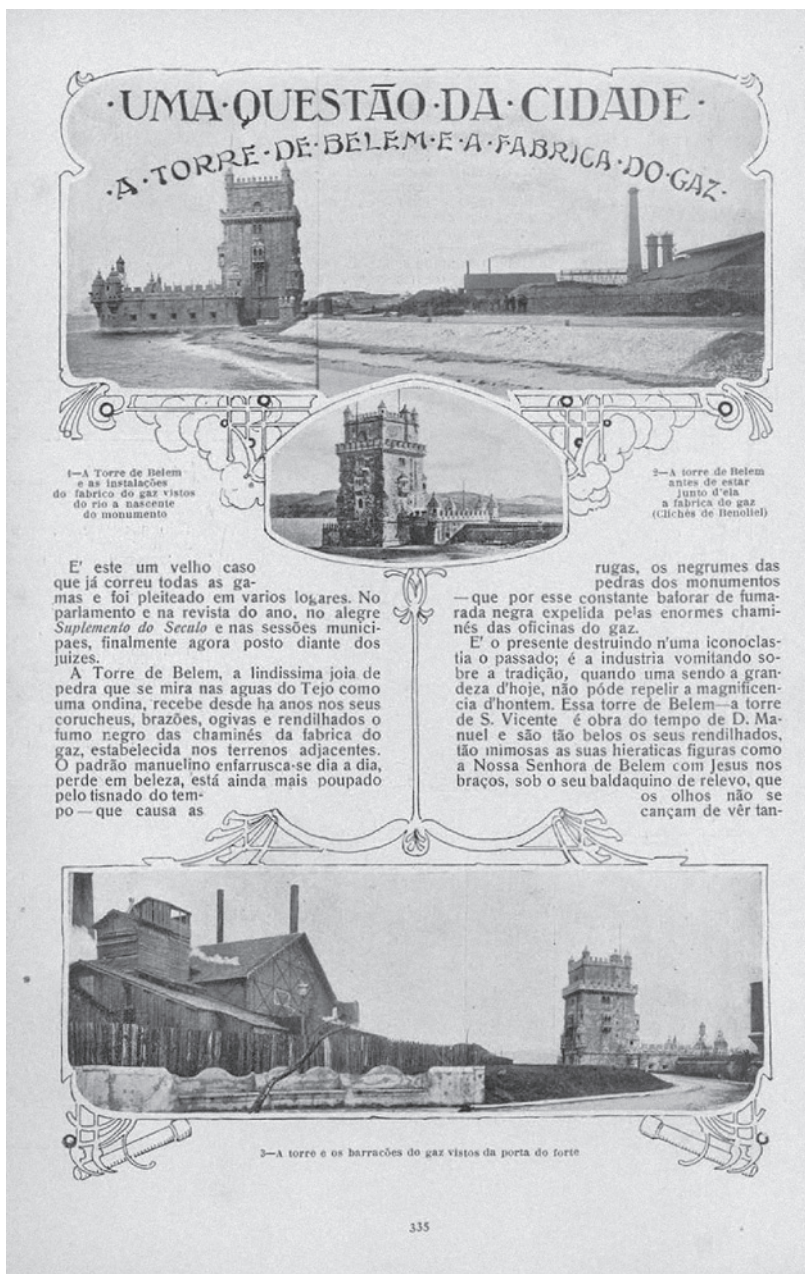


Figura 5 – Rocha Martins, “Uma Questão da Cidade. A Torre de Belem e a Fabrica de Gaz”, in *Ilustração Portuguesa*, 11 de Março de 1912.

Figure 5 – Rocha Martins, “Uma Questão da Cidade. A Torre de Belem e a Fabrica de Gaz” (A Question of the City. The Tower of Belém and the Gasworks), in *Ilustração Portuguesa*, 11 March 1912.

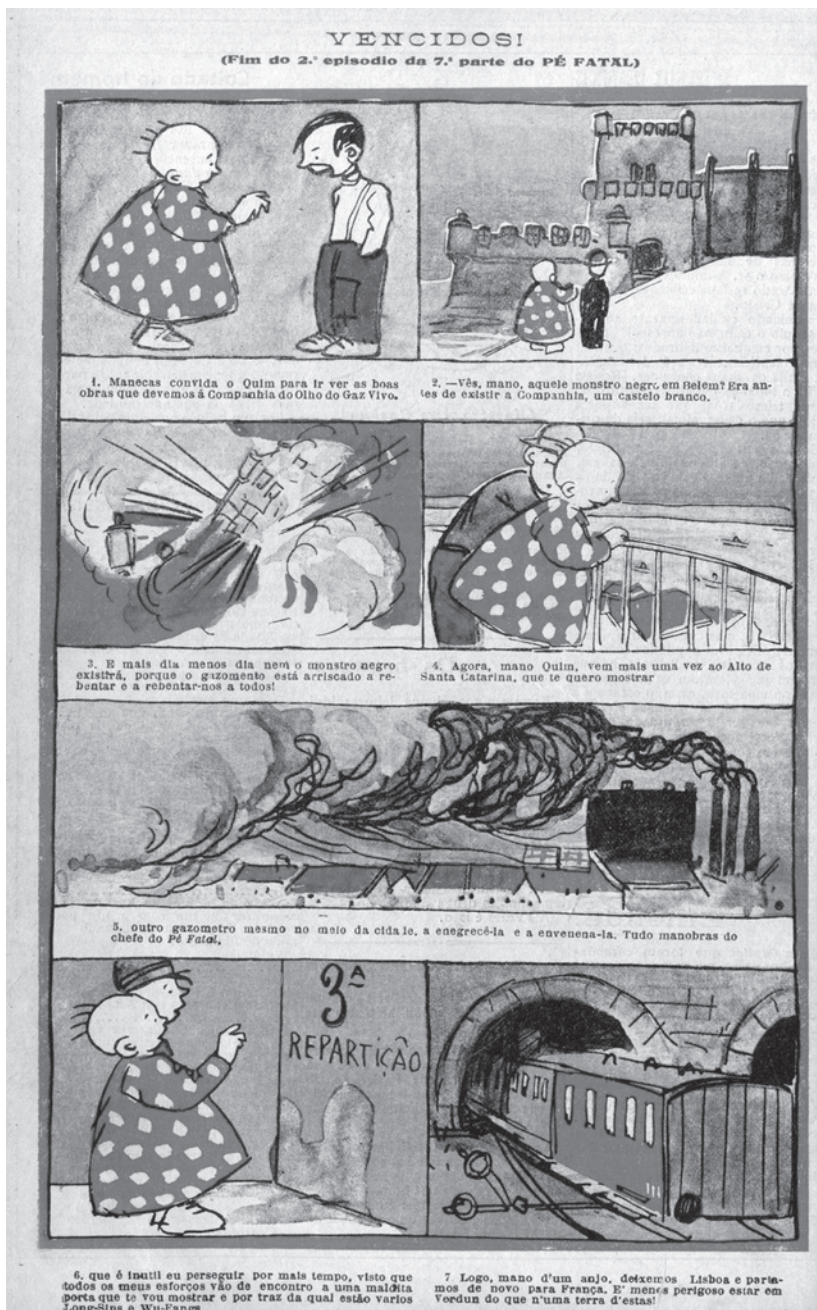


Figura 6 – Stuart de Carvalhais, “Quim e Manecas”, in *O Seculo Comico*, 7 de Agosto de 1916.

Figure 6 – Stuart de Carvalhais, “Quim e Manecas” (Quim and Manecas), in *O Seculo Comico*, 7 August 1916.



Redação, Administração e Oficinas—Rua do Seculo, 45—Lisboa

MAIS UM PUXO



INCITANDO OS RAPAZES;
—Força!

Figura 7 – Rocha Vieira, “Mais um Puxo”, in *O Seculo Comico*, 22 de Setembro 1919.

Figure 7 – Rocha Vieira, “Mais um Puxo” (One more Push), in *O Seculo Comico*, 22 September 1919.



Figura 8 – O cartaz da A.A.P. por Alberto de Sousa, in *Diário de Notícias*, 29 de Agosto de 1919.

Figure 8 – The A.A.P. poster by Alberto de Sousa, in *Diário de Notícias*, 29 August 1919.

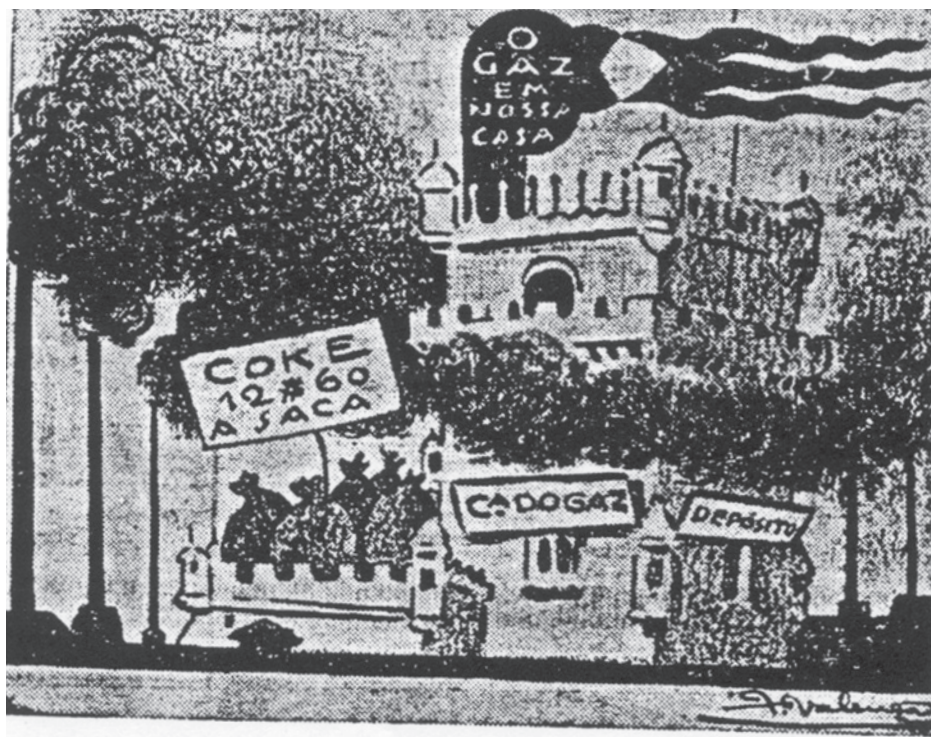


Figura 9 – F. Valença, in *Écos de Belém*, 16 de Agosto de 1932.

Figure 9 – F. Valença, in *Écos de Belém*, 16 August 1932.

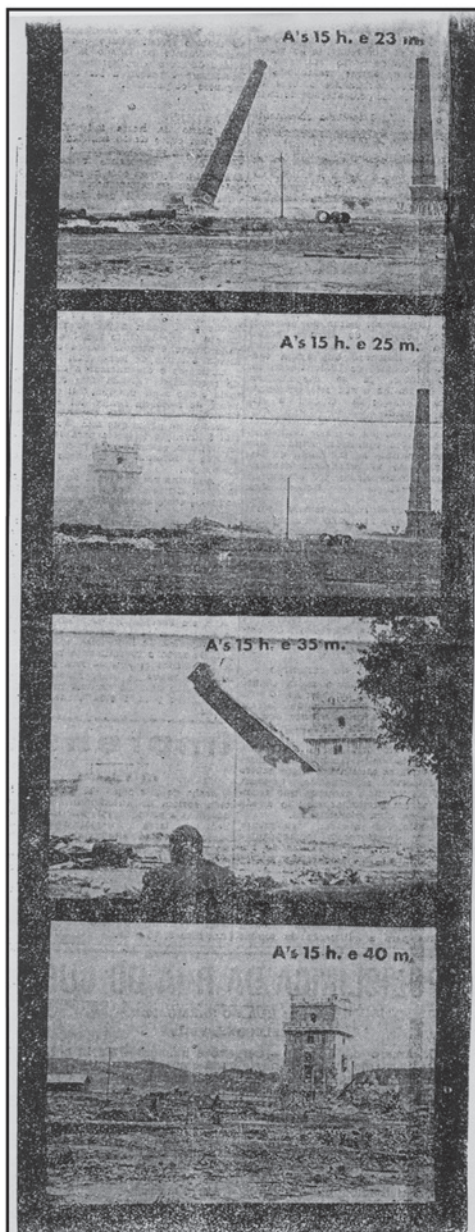
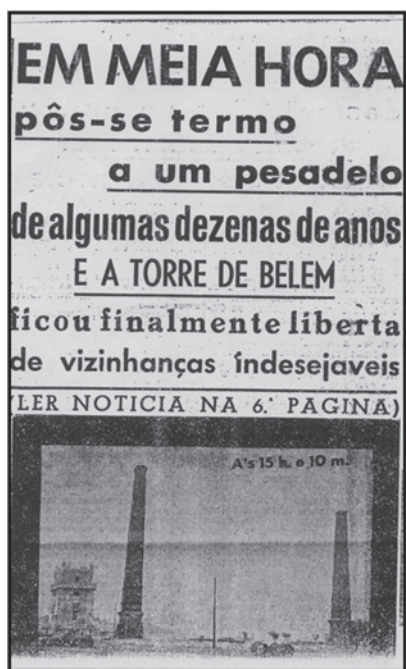


Figura 10 – Diário da Manhã, 8 de Junho de 1950.

Figure 10 – Diário da Manhã, 8 June 1950.

THE SLENDER WHITE PRINCESS AND THE ROTUND BLACK DRAGON OR THE TOWER OF BELEM VS. THE GASWORKS: A LONG STRUGGLE FOR HERITAGE

Paulo Oliveira Ramos

Universidade Aberta e Instituto de História da Arte, FCSH / Universidade NOVA de Lisboa

Abstract

The struggle for heritage addressed in this dissertation lasted sixty two years. Sixty two years! Although the title of this paper may in itself be suggestive of the topic under analysis, the contents are outlined briefly below.

In 1887, Lisbon Town Council decided to concede land near the Tower of Belém to *Gaz de Lisboa* for the installation of its various workshops and vast deposits of coal and other materials. The vehement outcry and protests were immediate and unanimous. How can we forget the remarkable prose by Ramalho Ortigão on this matter? “the Tower of Belém was partnered with the chimney of the most vile and sordid shack, which sacrilegiously spits and stains with thick, greasy and indelible saliva”¹.

And so six decades were to elapse in which persistent campaigns sought to have the installations of the Gasworks removed from the vicinity of the magnificent Tower; according to Raul Lino, it “was even offered to the powerful company for offices”².

Whilst, on one hand, it is easy to identify the main actors in the attempts to rescue the Tower over the years – the press, archaeologists, civic associations, academia, artists, some Lisbon councillors and certain politicians – on the other it seems reasonable to conclude that, time after time, the governments and official heritage services proved ineffective.

Keywords: Heritage, Vandalism, Lisbon, Belém, Tower of S. Vicente de Belém, Gasworks.

"I did not intend the earth to be salted, but even so that somewhere, on a wall or in the ground itself, that a memorial stone be laid in memory of the battle waged by many generations against that demonic power"

Aquilino Ribeiro, *O Século*, 2 November 1949.

1. INTRODUCTORY NOTE

This paper originates from the PhD thesis entitled *A Princesinha Branca e Esbelta e o Dragão Negro e Rotundo. Um Estudo de História do Património de Lisboa, 1888 – Anos 50* [The Slender White Princess and the Rotund Black Dragon. A Study in the History of Heritage of Lisbon, 1888 – 1950s] defended by the author at Universidade Aberta in September 2003, although now presented under a new name for dissemination purposes.

Our interest in the history of the safeguarding of heritage dates back many years perhaps because it is an area in which "*nous jouons avec des choses qui disparaissent, et, quand elles ont disparu, il est impossible de les faire revivre. [...] Pour nous, ce qui disparaît, disparaît à jamais: de là notre angoisse et aussi l'originalité essentielle de notre métier*"³ and, from an early stage, we considered the present case to be exemplary.

In 1862, when Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896) photographed the Tower of S. Vicente de Belém for *Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal com Vistas Photographicas*, in the eve of the foundation of *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* [Royal Association of Portuguese Civil Architects and Archaeologists], it could be said from a positive standpoint that the Tower of Belém dominated a long stretch of sand that was dotted with just three small sheds (beach huts maybe), some boats, a sentry box and some wood piles. Never would Possidónio da Silva have imagined that by the end of the 1880s the municipality of Lisbon would have given this land to *Gaz de Lisboa* to build their Gasworks and the respective gasometers.

On one hand, a few voices were heard in support of the factory installations and their construction. But, on the other hand, a long lasting chorus of criticism rang out where the "beautiful and glorious"⁴ Tower of Belém, that "white and slender little princess"⁵ or "the most rare of all beautiful monuments"⁶ fell victim to the licensing for the building of the Gasworks; at the time, this was considered "a national disgrace"⁷, sign of the "vile debasement of historical and artistic traditions to which the degeneration of a race could succumb"⁸, or in other words, the "state of savagery in which we find ourselves"⁹. After all this, the gasometer, that "black and rotund dragon"¹⁰, was dubbed "monstrosity"¹¹, and the tall chimneys of the factory said to be like "a drunken sailor belching smoke from his pipe into the beautiful eyes of a graceful woman"¹² or, in other words, with the "devilish stench of civilisation and industry"¹³. In short, six decades and three political regimes – Monarchy, First Republic and *Estado Novo* –, during which so many strived to

safeguard the Tower of Belém, be it by instigating a protest against a similar “assault”¹⁴, trying to organise a “movement of general repulsion”¹⁵ or treading the “path that can lead to victory by whatever means, be they the most violent”¹⁶; this because “dislodging this monster from its place is an act of patriotism”¹⁷, whether by hurling it “to Matinha, to the bottom of the Tagus, or to hell”.¹ The current research focuses on the period from 1888 to the 1950s, i.e., from the start of construction works on the Factory to the first pro-heritage statement made on November 16th 1888 by Rafael Bordalo Pinheiro with the drawing “*O Novo Gazometro*” [The New Gasometer], and a final note printed in a text in *Diário de Notícias*, on June 8th 1950, with the suggestive title: “The end of captivity”. In this period, we accompanied, *pari passu*, the attempts to safeguard the Tower of Belém at what was undoubtedly a unique moment in the history of the safeguarding of heritage in Portugal.

The line taken in the paper - which is the result of some new trends in heritage studies - also strived to follow a path that would shed light on the key ideas that influenced the concerns about the defence and safeguarding of heritage in Portugal, notably between the late 19th and mid 20th century.

Given the importance of the documental sources - which form the central body of our research and assumed a structural role at almost every moment of the writing - a number of these texts will be cited with some frequency. Despite the length of some excerpts, we believe that their transcription in the course of the text is more meaningful than making surgical reference to them or putting them in appendix.

The format of this publication - printed summary text + full digital version of the doctoral thesis (to which only slight corrections were made, almost all noted at the time of its defence) - is in line with the author’s project, namely to pursue the study of the history of safeguarding our heritage, which is by no means just a current endeavour.

2. FROM THE CONSTRUCTION OF THE BELÉM GASWORKS TO THE FIRST PROTESTS (1888-1900)

The 1880s saw the construction of a remarkable set of facilities in Lisbon; these included Barbadinhos Steam Pumping Station inaugurated in October 1880; the Exhibition Pavilion or Palace in Tapada da Ajuda in 1884 to house the Lisbon Agricultural Exhibition that year; and over the next three years, the inauguration of Alcantara-Terra station, the start of the Lisbon-Sintra railway line at the time, with the Santa Ana and Ponte Nova viaducts over the Alcantara valley built by the Eiffel company. The first year of the following decade saw the completion of Rossio station and the hoisting of the great metal dome of the Coliseu dos Recreios.

Records of events commemorating these developments tell us of the ceremony for

the laying of the first stone of the *Grandes Obras do Porto de Lisboa* [Great Works of the Port of Lisbon]: “Hundreds of rockets soared into the air as the regimental band lining the river bank played the national anthem which mixed with the enthusiastic cheers of the crowd and the sharp hissing sounds from the steamers of the construction company”¹⁹.

Sometimes, the events were received with a certain disinterest; this was the case of the inauguration of the *Estação do Rocio* [Rossio Station]: “The opening of the new central station, so central that the doors of the building open onto the city’s busiest square, should be hailed as something extraordinary [...] but Lisbon, this tranquil Lisbon that would take to the streets for any procession [...], Lisbon remained indifferent to the opening of the door that gave it entry into the new station”²⁰.

Nevertheless, there are no records of protests against these developments, even when dialogue with neighbouring buildings, notably those now called historic monuments, was difficult. Quite a different situation from what would happen very soon.

2.1. The construction of the Gasworks

In 1887, the Programme of the Tender for the Gas Lighting of the City of Lisbon stated that “Lisbon Town Council issues a call for tender [...] for the gas lighting, both public and private, of the present city of Lisbon”²¹. It is known that four proposals were presented to the special session of Lisbon Town Council on 9 July 1887, namely that of *Companhia lisbonense de iluminação a gaz* (Lisbon Gas Lighting Company); Léon Somzée, from Brussels; the Belgian company *Sociedade anonyma de iluminação do centro* (Company for the Lighting of the Centre), and Kohn Reinach & Comp.^a and P. M. Oppenheim, bankers in Paris. After analysing the proposals, Lisbon Town Council concluded that *Société Anonyme d’Eclairage du Centre* was the only company that “met the conditions of the tender”²², and decided to award the contract forthwith to this Brussels Company.

In one of Lisbon’s Council Chambers on 14 October 1887, the *Contract with the Sociedade Anonyma do Centro, of Brussels, for the Lighting, both public and private, of the City of Lisbon* was signed between Lisbon Town Council and “the new company *Gaz de Lisboa*, which had already obtained concession to this effect from the *Eclairage du Centre* company”²³. The contract set out 71 conditions, the 13th of which read as follows: “The factory or gasworks will be situated on a site chosen in accord with the Town Council”²⁴. Apropos this matter, it is known from a handwritten text from *Gaz de Lisboa*, entitled *Note sur les installations nouvelles*, that *Gaz de Lisboa* had been offered two plots of land: one in Alcantara, and the other “à la Tour de Belém”²⁵. The author of the text added: “Le dernier seul restait effectivement disponible et susceptible d’être occupé à bref délai. Il appartenait à la ville, qui le met à notre disposition, après une courte négociation, le 17 novembre 1887”²⁶.

This was how *Gaz* appropriated approximately 42,600 m², crossed diagonally by a

strip 40m wide to serve the “*nouveau Boulevard marginal*” and the railway line to Cascais, still in the project phase at the time. From these plans – *Plan Générale de L’Usine* – found in the municipal archives of Arco do Cego and Alto da Eira, it is the various unedited blueprints of the elevations and cross sections kept in the latter archives that are of particular interest. They show in blue and white not only the multiplicity of facilities constructed but also the enormity of the factory complex: telescopic gasometers 20 metres high, with a diameter of 40m and volume of 20,000 m³; engine and boiler rooms, workshops, depots, warehouses, horizontal and vertical condenser room, washer and scrubber room more than 24 metres high and with a superb spiral staircase; the oven batteries, cisterns, dwellings, pavilions, stables, sheds, garages and two 50 metre high chimneys²⁷. All this near, very near, to a Tower little more than 30 metres high.

2.2. Support for the gasworks

The magazine *O Occidente*, published a long illustrated article in its 21 May 1889 issue with a *drawing of the location* by L. Freire (**Figure 1, p. 32**). It gave the background to the tender, reported on the “site chosen” for the installation of the factory, as well as the difficulties that had been overcome with “the aid of the Town Council, most notably that of its distinguished mayor and the goodwill of the Railway Company”²⁸. The columnist added: “Since the month of April, the Belém neighbourhood has been lit by the new company, and over the coming month of June this lighting should be extended to all of Lisbon”²⁹. The drawing gives us a birds eye view of the undertaking; a substantial gasometer stands out in the foreground together with the buildings for the emission room and purifiers on the right; further back, in the centre, we see the “Walker” condensers, the oven buildings, the scrubbers and a smoking chimney; and in the background, we can just make out three battlements, two sentry boxes and “flagstaff with the Portuguese standard” fluttering. This was the Tower of Belém seen from Avenida da Índia. For its part, the 2nd June edition of the *Diário de Notícias* gives pride of place to a report that “A large number of boys are running through the streets of downtown Lisbon cheering the gas company. One of the refrains “Long live the new gas company! Death to the oil lamp!”³⁰.

2.3. Heritage protests

It should be stated clearly that the indignation at the Tower of Belém being directly confronted with the Gasworks touched all Portuguese society. From the many testimonies collected for the accompanying academic text, we have selected excerpts for this summary from contributions made by one of the daily newspapers, a recognised author, two illustrators and a parliamentarian. Also those of a foreign traveller who was passing through and had joined the protests. The fundamental attitude – common to them all – was condemnation of the situation, which Sousa Viterbo expressed in 1896 with undeni-

able courage: “*Ceci tuera cela*. That electricity kills gas as soon as possible, and that the gasometer, like a useless object, one from a repugnant archaeology, like an abhorrent parasite, like someone envious and perverse, falls into pieces, full of rust, full of leprosy, rotten, in shreds, like a tree trunk destroyed by God’s lightning!”³¹.

2.3.1. Daily press

Mention must be made of the role played by *Diário Illustrado* from the dawning of the Gasworks versus Tower of Belém confrontation, dating back to as early as 14 June 1888, that is, in the midst of the building of the gasworks complex and a year before operations began. Between 23 December 1888 (no. 5644) and 14 December 1889 (no. 5696), the journal published a series of twenty articles, always unsigned, entitled “The question of gas”. Expressing his right to indignation – which others would subsequently repeat many times – the anonymous columnist wrote: “If ever there was a time for national pride, public sentiment, and the mission of governments to stand up against an attack in which history, traditions, art, everything that a people holds most dear even when it is affronted and vilified, that time has come!”.³² We read in a later issue: “The cries and the protests are unanimous. The new company was given free rein to do as it wishes, to spread ruin throughout the city and turn it into a quagmire, a swamp”.³³

2.3.2. Illustrators

Chronologically speaking, the drawing “*O Novo Gazometro*” (The New Gasometer) (**Figure 2, p. 33**) by Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) was the first “protest” against the Gasworks in Belém. Its publication in *Pontos nos ii* as early as 16 November 1888 came just six months after the construction of the Gasworks began. Bordalo Pinheiro depicts Belém beach and writes: “View of the Tower of Belém – one of the most outstanding national monuments – as foreigners will see it as they approach land. A gasometer between the Tower of Belém and Jeronymos monastery is beyond the pale for good town council administration, beyond the pale for good artistic taste”. Three years later came the scathing drawing, “*Abaixo assignado*” (Petition), by the same artist, printed on 28 August 1891 in *O Antonio Maria* (**Figure 3, p. 34**). The image of the tower and the gasometer and a text addressed to “the Minister of Public Instruction and Fine Arts” as follows: “The editors, co-workers, readers and non readers of Antonio Maria have the honour of suggesting to the Minister of Public Instruction and Fine Arts, given that there is now just one gas company and hence no need for so many gasometers, that it would be fitting for the country to free the Tower of Belém of the disgraceful neighbours with which it was endowed through the stupidity and greed of the plutocracy”. Five years later, also in *O António Maria* (8 October 1896), Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (1867-1920) filled an entire page with his remarkable drawing entitled “*Pobre Noiva!*...”

(Poor Bride!...) (Figure 4, p. 35), and *en bas de page* it reads: "Marriage of the beautiful princess – The Tower of Belém – with Mr. Gazometer, by the work and grace of the Town Council, and sanctioned by the stupid indifference of Zé Povinho. As for Art, either cry over it or... well, to hell with it!".

2.3.3. Recognised Author

In 1896, Ramalho Ortigão published his book *O Culto da Arte em Portugal*, [On the Cult of Art in Portugal], where he speaks of "all the attacks to which the nation's architectonic monuments have been and continue to be subjected, in the presence of the most disastrous indifference of the constituted powers"³⁴; at the time he also wrote: "the Tower of Belém was partnered with the chimney of the most vile and sordid shack, which sacrilegiously spits and stains with thick, greasy and indelible saliva, as if the incomparable jewel of this marble, on which the Portuguese sun has lovingly bestowed a golden hue through the caresses of three centuries, had been so subtly chiselled by the Manueline artists as a rogue's spittoon on which sometimes, however, on festive days, the national standards atop the flagstaff are unfurled and flutter tainted with coal like a carnival prankster".³⁵

2.3.4. Parliamentarian

At the session of 27 January 1897, Fernando Larcher (1857-1922), peer of the realm, presented a draft law to the table designed to "conserve and classify the national monuments". In a preamble of the utmost interest, at a certain point, as a corollary "of the vicissitudes suffered by our monuments in the course of this century", he wrote: "Indeed: despite the proximity of the public powers, scientific corporations and academies of art or letters, which offered them no protection; despite the supposed strength of the press and goodwill of all upstanding people, which availed of nothing; despite even the rigour and severity of military laws, manifestly impotent in this case, an ignominious attack has taken place, and all that has been done hitherto has been entirely useless to save the poor monument from the stains with which they pollute it. [...] And, sad to say, that is not all. The thick rolls of smoke billowing from the mouths of the chimneys, not only blacken the delicate patina gained with the course of time, but, combined with the atmospheric agents, they have a corrosive action on the materials with which the ill-fated tower is built; and thus it will come as no surprise if, within a few short years, this monument, which indubitably represents one of the best songs of the Portuguese epic, is completely obliterated".³⁶

2.3.5. Foreign traveller

Although only a few testimonies from foreign travellers were collected, they do however belong in the group of heritage protests because they also speak out about the Tower

of Belém vs Gasworks confrontation. This is the case of *Juliette Adam* (Juliette Lamber) (1836-1936) in her work *La Patrie Portugaise. Souvenirs Personnels*, written in 1896, and included in her *Oeuvres complètes*. She wrote: «*La municipalité de Lisbonne a commis le crime impardonnable de placer à côté de la tour de Belém une usine à gaz*»³⁷. On another occasion, this same French “*femme de lettres*” – who would be on the cover of *Ilustração Portuguesa* on 12 April 1909 and the subject of an illustrated article in that same issue – also wrote: “But the spirits of evils, vile with envy and full of jealousy, slowly joined forces against the *Torre da Belleza*. Black, vomiting smoke enveloped with its pestilent slobber, scattered in the pure atmosphere of the earth, a dense rain that struck the fine arabesque like sharp darts, and thus sullyng the tower.

Threatening roars rose day upon day from the monster’s caliginous womb, marrying with the moaning wind and the other passionate and dramatic whistling of the storm.

I saw the *Torre da Belleza* and felt profound compassion. Where in some old and chivalrous country is the knight who will come and liberate the *Torre da Belleza*?”³⁸

3. THE INVOLVEMENT OF THE LISBON TOWN COUNCIL (1901-1912)

In the scope of the history of the safeguarding of Portuguese heritage, it is worth noting that, although considerably tardy in comparison to its European peers, a legal corpus was constructed at the beginning of the 20th century with the aim of protecting the heritage. This legislation, initiated by the decree dated 30th December 1901³⁹ that set out the *Grounds for the listing of buildings that should be considered national monuments*, led to the listing of the first national monuments in 1906, 1907 and 1908.

Given that the Tower of Belém was the city’s *ex libris*, the greatest landmark on its coastline – described by Damião de Góis as Lisbon’s “most noble part” –, it is hardly surprising that the following words were written in the year it was listed as a ‘national monument’: “The pitiful state in which the most beautiful stretch from Praça do Comercio to Belém and Alges finds itself penalises all those interested in the country’s progress and those that wish their capital city’s appearance does not shame them in the eyes of visitors, [...] So as not to be in disaccord with this sad note, there it is [...] the fine Tower of Belém affronted by the neighbouring gasworks”.⁴⁰

3.1. The continuation of protests

Despite Rafael Bordalo Pinheiro’s plea to the Count of Restelo in *O António Maria* to “oust the despicable gasometer from the beach with its name and from on top of the magnificent Tower”⁴¹, the Count – now once again Mayor of Lisbon Town Council – paid little heed at the turn of the century to this request from the creator of the figure “*Zé Povinho*”. In fact, after so much criticism from diverse quarters, perhaps substantial

change was to be expected with the signing of the contract between the Lisbon Town Council and the *Companhias Reunidas Gás e Electricidade* (Joint Gas and Electricity Company) on 7th March 1901. However, there was only one article in the contract – article 88 – that recommended the gasometer be moved. This was the scenario in which recalcitrant voices (re)emerged time and again from members of the press, authors, illustrators, foreign travellers and, of special note, now even archaeologists of some import both at their associations’ meetings and because of their public position. These voices had never been expunged after all and, like the Phoenix, were immediately brought back to life. The Tower of Belém was, for example, raised at the general assembly of the Royal Association of Portuguese Civil Architects and Archaeologists on 12th February 1906 by architect Rosendo Carvalheira, whose intervention would receive “general and repeated support” and, over the following days, letters were sent to three ministries and to Lisbon Town Council.

3.2. The reaction of the Town Council

Soon it was the actual Lisbon Town Council that reacted, in the person of councillor Afonso de Lemos (1865-1944). In fact, when Afonso de Lemos put forward a proposal (transcribed below) at a Lisbon Town Council session on 25th August 1910, a new page was turned in the struggle between the Tower of Belém and the Gasworks, a battle in which the Lisbon Councillor distinguished himself: “Given that the land adjacent to the Tower of Belém where the gasworks are located belong to this Town Council, which is, therefore, directly responsible for the wretched state in which this national monument, a monument worthy of a much better fate, finds itself as a result of neighbouring buildings; given that there is no long-term lease contract inhibiting this Council from making use of its rights as landlord of the said tenant: I propose that the gas Company be ordered to remove by the end of the first semester of 1911 all gas producing equipment still found on the property, ensuring that it is completely cleared on that date and so that the Council may give it a more suitable purpose, such as the construction of a garden”.⁴²

Among the vast correspondence received by the Mayor of Lisbon Town Council, some documents were found in support of the Mayor and/or the councillor Afonso de Lemos, and certainly in support of the cause in defence of the Tower of Belém. On 5th September 1910 from the Association of Portuguese Architects [*Associação dos Arquitectos Portugueses*]; on 20th of that same month, Jorge Colaço wrote on behalf of the Board of the National Society of Fine Arts [*Sociedade Nacional de Belas Artes*], “publicly testifying enthusiasm regarding Mr Afonso de Lemos’s proposal – which has just been approved – to be rid of those anti-aesthetic and, pardon my choice of words, loathsome facilities in the vicinity of the Tower of Belém”.⁴³ On 27th September, the Republican Committee of the Borough of Belém [*Comissão Republicana da Freguezia de Belém*]

hailed “our dedicated supporter and honourable councillor, the distinguished citizen Mr Affonso de Lemos, for transferring the workshops and factories of the *Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade* located in the vicinity of that most rare of national monuments called the Tower of Belém, which the monarchic councillors unashamedly allowed to fall into such a pitiful state”.⁴⁴

Reassured by this support, on 30th September (one week before the victory of the Republic on 5th October) the Lisbon Town Council finally sent official document no. 1616 to the *Directors of the Sociedade das Companhias Reunidas Gaz e Electricidade*. It read: “In the session on the 15th of the current month, this Council deliberated that the municipal land adjoining the Tower of Belém, which has been occupied by the gasworks and other facilities belonging to said Company, be cleared by 30th June of the coming year of 1911.

In view of this deliberation, ruled with the simple and truly patriotic intent of liberating the Tower of Belém – a monument of such beauty and historic significance and which should therefore be loved and respected by each and every good citizen of Portugal – from the unacceptable surroundings of your gasworks, it is my duty to notify the *Sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade* that the abovementioned municipal land must be surrendered to this Town Council by the aforementioned date”.⁴⁵

3.3. The trial of the “Belém Gasworks Case”

In 1911, at a Lisbon Town Council session, Afonso de Lemos “once more raised the subject of the *Companhia do Gaz* gasometer and workshops on the land adjoining the Tower of Belém, such a fine work of art that has been so damaged by this neighbour”.⁴⁶ And he later added: “Given that the *Sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade* has challenged this Council’s right [...] I recommend that the Litigation services be called upon to initiate the appropriate legal action against the aforementioned Partnership”.⁴⁷

Subsequently, the “settling of scores” between the Lisbon Town Council and the *Companhias Reunidas Gás e Electricidade* took place in the first quarter of 1912 when the Council enjoyed support from the most important front: the press. The following is one of many examples collected: on the front page of the newspaper *Novidades* on 2nd March, written under the heading “Cases of the Day”, it states: “*The famous tower*. Now here is a case in which we are in no doubt, we would throw the Law into the river to save a jewel. This if justice ruled in favour of the Company. Because is the tower of value or is it not? Yes, it is. Is it a national monument or is it not? Yes, it is. So that is settled. Now resolve it: “It is the Town Council that is right, even if the Town Council is not in the right”. Now hurl those boilers out of here”.⁴⁸

The story of the press support for the defence of the Tower of Belém is seen in two key texts. Firstly, an article published on 10th March 1912 in *O Occidente* that filled the en-

tire front page, twenty-three years after the magazine had welcomed the installation of the Gasworks; and secondly, an article published the following day in the *Ilustração Portuguesa*, copiously illustrated with several *clichés* by Joshua Benoliel (**Figure 5, p. 36**), specifically of the Tower, of the Gasworks, of Afonso de Lemos, and of the Commerce Courtroom on the “1st day of March, on the occasion of the discussion of the matter between the Town Council and the *Companhia do Gaz*”⁴⁹.

The attempts to free the Tower, now of a legal nature, were slowly being depleted one day at a time: “Like the knights of days gone by, Lisbon municipality rode onto the field to defend its damsel. With the gesture of a magnanimous gentleman, one that was lost in the quibbling of the courtroom where the case against the iconoclasts was brought to trial”.⁵⁰ As the archaeologists would later conclude, “It was thanks to the goodwill of Afonso de Lemos that the matter was raised, but after the councillor’s mandate was over, he had nobody in the Town Council to follow up on his good intention to resolve the matter of the Tower of Belém”.⁵¹ In fact, “the case dragged on despite protests from the Press, the National Society of Fine Arts, and the Archaeologists Association, and the Municipality ended up losing the case”.⁵²

4. THE OUTCRY FROM THE LISBON ARCHAEOLOGY SECTION (1913-1922)

The backcloth to this chapter is influenced by everything that the press did, be it in articles or illustrations. This can be seen in interventions as interesting as the Gasworks *versus* the Tower of Belém matter from as early as 1913. In that year, for example, the first issue of *O Thalassa* devoted one page to the visit of English journalists to Lisbon⁵³ but, later, it would be highlighted in *O Seculo Comico*. After the front cover of the 17th July 1916 issue depicting silhouettes of the Tower of Belém and gasworks⁵⁴, the next stand-out was undoubtedly the issue on 7th August of that same year, when Stuart Carvalhais (1887-1961) (**Figure 6, p. 37**) filled a whole page with the adventures of “*Quim e Manecas*” (end of the 2nd episode of the 7th part of *Pé Fatal*), where Manecas invites Quim to “go and see the great works we owe to the *Companhia do Olho do Gaz Vivo*” [The Cheeky-eyed Gas Company] – any similarity here is not pure coincidence – namely in Belém, where the Tower was depicted as a “white castle” before the “black monster” appeared. In 1917, J. Neutral “proffered” a long “*Palestra Amena*” [Moderate Talk] (*O Seculo Comico*, 10th September, p. 2) which read: “The monolith of the Bastille was no smaller and no less abominable and it was demolished in the blink of an eye. And then come the cheers, the unanimous approval, and all are perplexed as to why such a reform had not taken place sooner. We do not approve of violence but we are so used to it that we would not be surprised if we heard on waking up one fine day: – They have finally pulled down the Belém gasometer”. Two years later, on 22nd September 1919,

another cover featured *Zé Povinho* by Rocha Vieira “Inciting the young men: Courage! – remove the gasometer from Belém sands” (Figure 7, p. 38).

4.1. The Formation of the Lisbon Archaeology Section and its Work

An analysis of the Portuguese Archaeologists Association’s handwritten archives confirms the news in the *Boletim de Architectura e Archeologia*...⁵⁵ referring to the document from the member José Joaquim de Ascensão Valdez, clerk of the *archaeology section*, presented to the General Assembly Session on 9th March 1901, indicating that his *section* would include seven subsections, the 4th of which would be dedicated to the *Archaeology of Lisbon*. Unfortunately, apart from a similar reference in the *Relatório das actas do Conselho Facultativo em 1901* [Report of the Minutes of the Optional Council in 1901]⁵⁶, and unlike the other subsections in the following years, neither the *Boletim* nor the archives of the Association of Portuguese Archaeologists provide further information on the Lisbon Archaeology [Arqueologia Lisbonense] subsection: no meetings or minutes, no activities for which it was responsible, and even no reference to its possible extinction. This was the case until 1912. After 1910, associativism became stronger in many different fields, in part due to the right to meet and the freedom of association enshrined in the 1911 Portuguese Constitution. A number of heritage-linked associations were formed across the country, some of which contacted the Portuguese Archaeologists Association (A.A.P.) as it was considered the “precursor in the defence and preservation of national monuments and indeed the first legally-formed body dedicated to them”⁵⁷.

The Portuguese Archaeologists Association assumed the role of an association for all Portuguese heritage and for Lisbon heritage in particular; it is therefore not surprising that an active structure later (re)appeared within the Association dedicated exclusively to the capital city. As such, at the Session of the General Assembly on 13th May 1912, chaired by Gustavo de Matos Sequeira, Jesuíno A. Ganhado proposed: “1. That a new section, named “Archeologia Lisbonense” [Lisbon Archaeology] be formed; 2. That Viscount de Castilho be appointed as the honourable chairman of this new section. 3. That henceforth this new section be constituted as follows: chairman, José Queiroz; secretary, Mattos Sequeira; voting members, Ascensão Valdez, Dom José Pessanha, F. S. O’Sulivand, C. Mena Junior, Victor Ribeiro, and Ganhado, the author of the proposal, as well as any other members wishing to dedicate themselves to this matter of the utmost importance”⁵⁸.

From their very first meetings, the erudite members of this new Secção de Arqueologia Lisbonense (S.A.L.) [Lisbon Archaeology Section] exchanged ideas on the best way to publish different articles on Lisbon archaeology “as [...] our bulletin was sparse in pages, published at lengthy but regular intervals [*sic*]” (Session of 10th April 1913). But the S.A.L. had its eye on other matters, including defending the ‘typical’ Rossio against

the 'universalist' Rossio, the inventory of monuments in Lisbon and monumental areas, as well as the organisation of the Olisiponense Exhibition in 1913, "an undeniable success and a surprise for Lisbon as crowds filled the Museum rooms every afternoon"⁵⁹. Thus, "as Gustavo de Matos Sequeira wrote, due to the section's name and activity," the Lisbon Archaeology Section "came close to taking over the Association itself, of which it was simply an element"⁶⁰. But of all these, the first significant moment in the S.A.L. defence of Lisbon heritage came with the threatened demolition of "the historic Saint André arch which, for so many reasons, deserves the respect of every Portuguese citizen and which is so much more than a simple obstacle that can be destroyed without hesitation; it is one of the few remnants of the ancient Lisbon enclosure"⁶¹. This "*cri-de-coeur*" was truly a trial balloon for the Tower of Belém campaign.

4.2. The Pro-Tower of Belém Movement

The earliest reference to the confrontation between the Gasworks and the Tower of Belém made by the Lisboa Archaeology Section took place in the session of 21 October 1913; it can be found on a small handwritten sheet of paper that was not transcribed to the first book of minutes. Subsequently, many interventions were made at the Lisbon Archaeology Section's meetings. Precisely one year after that first reference, at the session in which chairman José Queirós declared that "the new period of study and work was inaugurated"⁶², José Pessanha highlighted "the need for it [S.A.L.] to commit itself in this new period to an undertaking that will bring honour to the Association". Expressing his agreement with Pessanha, José Queirós reminded "the section to occupy itself with the removal of the Gasworks from the area adjoining the beautiful Tower of Belém", an idea "warmly applauded by all members present"⁶³. The tone was set for a crusade that would drag on for years. The S.A.L. was responsible for three main actions within the Pro-Tower of Belém movement.

4.2.1. The circular

At the Session on the 24th November 1914, the S.A.L. members recognised that "in light of the impossibility of promptly and in practice avoiding this undignified vandalism, [the time has come to prepare] a collective protest against this barbaric destruction"⁶⁴. In early 1917, Alfredo Guimarães "spoke of the state of the Tower of Belém and requested that, given its worth, the matter should be dealt with. He expressed his wish that the association take the initiative of initiating a formal protest against this deplorable state motivated by its proximity to the gasworks"⁶⁵. Finally, on 1st March 1918, José Pessanha "read the draft circular which used the previously prepared arrangement that was to be addressed to the different scientific, literary, and artistic groups and newspapers [regarding] the matter in hand [...] His Excellency also reminded those present that it would be

of the utmost convenience to start preparing the ground for a future joint session on the Tower of Belém with all the history, scientific, literary, and art organisations”⁶⁶.

At the instigation of Nogueira de Brito, the entire session of 31st May 1918 was spent discussing the problem of the Tower of Belém. In the following session, the chairman informed members that the original invitation that would be sent to “the various communities for the nomination of a delegate to the conference session in which the question of the Tower of Belém would be discussed” had been at the printer’s for several weeks⁶⁷. Ten months later, on 4th April 1919, Jesuíno Ganhado requested the floor and “asked if anything had been done regarding the Tower of Belém since the last session, or if any of the matters started in the previous year had been followed up”. José Pessanha said that he would be “reading some documents which would provide Mr Ganhado with an answer. He read the circular dated 17th May 1918, sent to the press and to every art, literary and scientific community in the country, and then read the few replies received”.⁶⁸ In fact, during the months of June and July 1918, the A.A.P. received a number of replies to the circular. An example: from the *Amigos do Museu de Arte Antiga* [Friends of the Ancient Art Museum] adding “its efforts to those of the appointed Committee to discuss the means used to remove the industrial installations that irreverently desecrate the historic and handsome Tower of Belém”⁶⁹. Although the date printed on the front page of the representation was 29th April 1919, it would only be delivered the following year, as described below.

4.2.2. The poster by A. de Sousa

Meanwhile, the gradual involvement of S.A.L. in safeguarding the Tower of Belém was about to witness an unusual contribution to its protests. The chairman informed the Section “that Mr A.[lberto] de Sousa has had the wonderful idea to draw a poster of the Tower of Belém”⁷⁰. The immediate response from José Pessanha was “disposal to the idea of the realisation of Alberto de Sousa’s poster for whatever material value was necessary to bring such a formidable endeavour to fruition!”⁷¹

At the very next session, “Mr A Sousa showed the poster mentioned in the previous session. The chairman agreed that Mr A. Sousa’s work was brilliant and Mr R. Simões requested that a vote of thanks be made to Mr A. Sousa. This was unanimously approved, and Mr M. Sequeira added his support for this excellent idea!”⁷²

A 1.10 by 0.85-metre poster was printed with the drawing of the Tower in gold and the following words written in green: *Save the Tower of Belém! The Portuguese Archaeologists Association appeals to all citizens to unite in defence of the most typical monument of our artistic heritage* (Figure 8, p. 39). Five hundred copies were printed “480 of which were posted, many of which in neighbourhoods where the corresponding members resided”.⁷³ Lisbon, the main stage for this dispute, must have received the large ma-

jority of the posters. Matos Sequeira, who experienced the events first hand more than anyone else, would later recall this facet of the “Tower of Belém Campaign when Alberto Sousa and myself, in the role of poster distributors, armed with a ladder and a tin of glue, went around putting up posters on street corners and cafés in Lisbon”.⁷⁴ However, on 5th October 1919, the *Revista de Turismo* wrote that “This display, though with patriotic intentions, represents no more than another platonic cry to add to the many that have already echoed in this atmosphere of fantasising idealists. Any positive result? None”.⁷⁵

4.2.3. The “petition”

Despite a certain lack of belief within the Lisbon Archaeology Section that a way would be found to demolish or transfer the Gasworks – and, consequently, the deliverance of the Tower of Belém – it continued to request signatures for the petition because, as noted in the *Relatório da Gerência de 1919* [Management Report for 1919], “Its deliverance from the impure, vile and greedy hands of the filthy Gas and Tar industry is a matter of national repute. Abandoning it to the cancerous and annihilating ruin to which it seems condemned would without doubt be an infamous act”.⁷⁶

Finally, on 12th March 1920, the representatives delivered the signed petition to the Lisbon Town Council. The document left in the hands of the Lisbon councillors started by documenting the path patrimonialists had pursued since 1888: “In vain, the monuments committee, art writers, such as Ramalho Ortigão, who mentions the subject in one of the most vibrant passages of his book “Do [sic] culto da arte em Portugal” [On the Cult of Art in Portugal], periodical press, literary and scientific associations, and some members of Parliament and councillors of the Lisbon Town Council have protested vehemently against the continuation of these installations in the vicinity of the marvellous tower”.⁷⁷ It then focussed on the action taken by the S.A.L.: “Despite the failure of these efforts, however, the Portuguese Archaeologists Association resolved, at the initiative of its Lisbon Archaeology Section, to convene an extraordinary General Assembly, with representatives of the country’s scientific, literary and art associations, and the press in attendance, to decide upon the means to be employed to ensure that the handsome and glorious tower is soon unencumbered, putting an end to a situation that brings us dishonour and which, without the slightest exaggeration, can and must be construed a national disgrace. At this meeting that took place on 27th of the current month, a number of deliberations were made, including the address made by these representatives to Your Excellency”.⁷⁸

The signed petition delivered to the Lisbon Town Council – the 304 pages with 6695 signatures, together with 35 additional pages with approximately 700 signatures that we found 80 years on in the archives of the Portuguese Archaeologists Association – began with the following words: “*The undersigned vehemently protest against the con-*

tinuation of the Gasworks located in the vicinity of the Tower of Belém, and hereby declare our full support to the campaign initiated by the Association of Portuguese Archaeologists with the aim of liberating this precious jewel of our artistic heritage from neighbours that wreak such harm that they even endanger its conservation”.

If truth be told, the Lisbon Archaeology Section, which had been so active in the 1910s with its “cries to liberate the Tower of Belém from the impure hands of the filthy Gas and Tar industry”⁷⁹, seemed to abandon the struggle in the following decade. Not so much as a single protest at its meetings. Not one more word in its minutes.

5. FROM THE END OF THE REPUBLIC TO THE WORK OF THE *ESTADO NOVO* (1923-1950)

With the 1st Republic in ruins and the matter of the Tower of Belém seemingly exhausted with the 1920 petition, little else was said about this dispute until its *terminus*. There were, however, three exceptions: i) In 1923, the Government of the Republic appointed a Committee to “study the conditions in which the Belém gasworks could or should be moved elsewhere”⁸⁰; ii) the following year, the Lisbon councillor, Beirão da Veiga, proposed that the Lisbon Town Council initiate the negotiations with the *Companhias Reunidas Gás e Electricidade* necessary to reach an agreement on the following point – “New facilities shall be established so as to liberate the vicinity around the Tower of Belém”⁸¹; iii) at the session of the Lisbon Town Council’s Executive Committee on 21st January 1926, when Alfredo Guisado acknowledged that “if one thought of starting up the operations of the gasometer yet again in the proximity of the Tower of Belém, this beautiful architectonic jewel that evokes the feats of our ancestors, it would constitute a crime [...] and, for that reason, I would like to remind the Chairman of the Executive Committee of the importance of notifying the *Companhia do Gaz*, making it aware of the impropriety of the gasometer”.⁸²

It was not long after, however, that Portugal saw the “national revolution” take root. And there it was, in Belém, the Tower of S. Vicente, which with its double structure, was the ideal monument for the new order: the “tower” of the medieval castle – a “historic period which enjoyed special fervour and favour both in the imaginary and among the historians and ideologists of the *Estado Novo*”⁸³, and the “bulwark” – “that prominent and angular platform made to uphold heavy artillery”⁸⁴ – dating back to the most heroic times of our history, an era when the contemporaries of this *stone ship* (*nau de pedra* – as Aquilino Ribeiro called it⁸⁵) crossed the seas in the age of the discoveries.

5.1. “A gruelling and difficult task”

According to Jaime Lopes Dias, director of the Central and Cultural Services of the Lis-

bon Town Council between 1938 and 1960, soon after “the start of the national revolution, the problem of the Tower of the Belém and the Gasworks was addressed in good faith and with intelligence. Rather than making angry demands, possible grounds were sought for conciliation and common action”⁸⁶. On the other hand, Leitão de Barros, lamented the outcome for that “sentinel and eternal memory of our Colonising Genius”⁸⁷, which “degenerate Portuguese citizens, from the most criminal period of ignorance in our history, managed to leave in the state of abandon in which our generation found it”⁸⁸.

On one hand, these thunderous declarations reflect the eagerness of the *Estado Novo* to announce a resolution for the Tower of Belém question. However, they come in contrast to the article written around about the same time by António Prata, journalist for the *Écos de Belém*, with illustrations by F. Valença (**Figure 9, p. 40**): “Let us have no illusions. Demolishing the infamous gasometers is a gruelling and difficult task. As difficult as convincing comrade António Ferro that his *Flagship* is worthless, preventing Mr Júlio Dantas from telling us about his “Severa”, or making Mr Manuel Heleno comb his untamed hair. There is but one solution: – to ask the wise Mr Leite de Vasconcelos to visit the scene of the *crime* and order the removal of that architectonic jewel to our Ethnological Museum.

Only in this way, giving it a dignified place alongside prehistoric objects, will we be able to rid ourselves of a *creature* that, while *valuable* and *useful*, is now entitled to retirement, taking with it the smoke and all its chimneys...”⁸⁹.

Meanwhile, in counterpoint to the cover of a *Notícias Ilustrado* issue reading: “AT LAST! The Tower of Belém, that singular standard of our national glory, is to be set free”⁹⁰ but without reference to when, or how, or by whom it would be “freed”, in 1934 we find Leitão de Barros who seemed to have encountered a solution for the matter: the engineer, Duarte Pacheco, a duplicate (as Alberto de Oliveira suggested⁹¹) of Duarte Pacheco (Pereira), the one who signed the Treaty of Tordesillas, “the great Pacheco, Portugal’s Achilles”⁹².

5.2. Duarte Pacheco

The story of this discovery is outlined in an anthological text by Leitão Barros which read – “A major national project that will honour whoever undertakes it”⁹³ – also published in *Notícias Ilustrado*. Leitão de Barros wrote: “Hence: without much ado, Mr Duarte Pacheco appointed a committee to study in 20 days the removal of the *Companhia do Gaz* facilities. The aim of this initiative is to free the Tower of Belém once and for all [...] Whoever manages this will have accomplished a great national feat, worthy of the appreciation of all Portuguese people – worthy of the admiration of the whole educated world. Could Mr Duarte Pacheco take an interest in this and accept the challenge? Because it needs him to be interested. If he is interested, he will most certainly accomplish this!”⁹⁴

And Duarte Pacheco (1900-1943), Minister of Communications and Public Works since 1932, was indeed the driving force for the ultimate decision: the moving of the Gasworks not to nearby Jerónimos but to Matinha, as the *Écos de Belém* of 1st March 1934 revealed: "Has the time really come? [...] we know in advance that a committee has just been appointed by the Ministry of Communications and Public Works which will study over a number of days how to bring about the transfer of the Gasworks now located in Bom Sucesso to Matinha, an area where it can operate at will without fear of damaging any historic monuments. [...] There are many who are not convinced that this development of such importance will actually come to fruition; we, however, are convinced that it must happen and that perhaps the time is now right! Let us hope so!"⁹⁵

In 1938, the year Duarte Pacheco became Mayor of Lisbon Town Council and Minister for Communications and Public Works for the second time, an official communication from the Prime Minister was published in the daily press on Sunday 27th March⁹⁶. This not only foresaw a high point in Salazar's Portugal – the *Exposição do Mundo Português* [The Portuguese World Exhibition] – but also represented a milestone in the struggle to clear the area surrounding the Tower of Belém. Continuing on the subject of heritage, the Prime Minister dedicated just a few lines to the Castle of S. Jorge – "which physically dominates over Lisbon and the River Tagus, and should spiritually guide the country, be the sacred acropolis, the chosen place for patriotic pilgrimage"⁹⁷ –, two lines to the Palace of Queluz, four to the Janelas Verdes Museum, and two to both the S. Bento Palace and the S. Carlos Theatre; "The definitive deliverance of the Tower of Belém" on the other hand warranted twelve lines: "The definitive deliverance of the Tower of Belém: nobody would understand commemorations of dates of such significant in our History and precisely when these seek to extol the value of our race and the worldwide effort, if that most beautiful of monuments were not liberated forever from its degrading neighbours that for nearly half a century have defiled it, perhaps giving Portuguese citizens and foreigners the false idea that we are detached from our traditions and our Portuguese artistic heritage".⁹⁸

Also in 1938, ambassador Alberto de Oliveira – called by Aquilino Ribeiro "the ultimate campaigner against that insult to art and true eyesore"⁹⁹ – published an extremely interesting text in June that took pride of place on the front page of the *Diário de Notícias*. It read: "[...] enthusiasm, pride, and commotion [...] – and it is time to say this – transmute into anger and outrage when that horrendous Gasometer stands next to the Tower, like a groom next to his bride, surrounded with factory chimneys, shaming it, tainting it, defiling it. There are plenty who see in this vile neighbour a certain uncouth sarcasm from the Present to the Past, and the ironic insult from today's materialism to the heroism of olden times. This dark creature seems to be telling the fair Tower, so light and ethereal as if preparing to fly off on another grand enterprise: – "The Indies are over my

lunatic friend! Now, it is Coal, Iron and other ugly Materials. It is this that is held in greatest esteem. Wake up from your reverie, young lady!”¹⁰⁰. Concluding, the author reminded readers that Duarte Pacheco was back as Minister of Public Works “and is still a member of the National Centenaries Commission [*Comissão Nacional dos Centenários*], and the resurrection of the Tower of Belém is one of the main items on its agenda and a “*sine qua non*” condition for the success of the festivities”¹⁰¹, and he took the opportunity to assure that “not in three years, but in less than half that time [...] whatever the expense or adversities, the usurping and intruding Gasometer shall be removed or destroyed, and the splendid Tower of Belém shall re-emerge more splendid than ever, forever alleviated after half a century of an infernal co-existence”¹⁰². This text does something without precedent in the entire story of the Tower of Belém confrontation: it establishes a date, the desire to set a deadline for the dismantling of the Gasworks.

5.3. On the path to the end

Despite what was written at the close of the 1930s – “The Tower of Belém is already counting the days until its definitive deliverance”¹⁰³ – and in 1940 – “the year of 1940 will not come to an end without seeing the Tower of Belém forever liberated from its gasometric neighbour”¹⁰⁴, the *Écos de Belém* promised in March 1948 that “The Belém gasometer is still there, as before and as always”¹⁰⁵. In 1949, again “*It seems[ed]* that this time the black and smoke-belching Gasworks will *be removed* from their location, *neighbouring* the Tower of S. Vicente, and that has been such a *bad neighbour* since 1888”¹⁰⁶. And in another issue of this same periodical: “But the months. the years have gone by – ten already! – and the poor, the magnificent image of our maritime strength continues to be defiled, shrunken by the proximity of the cement minarets and hidden among grim and decrepit shacks”.¹⁰⁷

Aquilino Ribeiro, from whom we have the last text of significance before the Tower was liberated, wrote six months before the demolition of the chimneys: “If the announcements are not a false alarm, the removal work has already begun or will definitely be starting. I say ‘definitely’ because, year after year, we are agitated by false rumours. [...] In the end, many lustrums have elapsed over these rhetorical threats and many years have passed since the centenarian festivities [...] But, *eureka!* the time has come; this is the proclamation of all good heralds of the redeemed capital. And we believe they are convinced of this just as the faithful are of the coming of the Antichrist, the *Amigos de Lisboa* [Friends of Lisbon]”.¹⁰⁸

By January 1950, the demolition of the Gasworks had begun. In March, “remnants of the gasometer’s iron structure could still be seen, and work on the demolition of the fence which, from the road barely allowed the Manueline stone lattice sentinel to be seen, had not begun”¹⁰⁹. After half a century had passed, all the factory buildings had

been demolished and only the twin chimneys remained. On 7th June, explosives shattered these into a thousand pieces.

The daily press inevitably seized the moment, with the front page of the *Diário de Notícias* declaring: “The end of captivity”¹¹⁰. Similarly, *O Século* took the opportunity to recall the pioneers involved in this long battle, above all those who had remained on the preservationist side of the barricade: “When, in 1888, the concession was granted for the gasworks to be located in the vicinity of the Tower of Belém, shouts and whispers could be heard from many - Queen Amélia, archaeologists, authors, poets, painters and others - with harsh accusations against those responsible for the assault on the priceless jewel that the Tower of S. Vicente represents not only to Portugal but to the universal History of Maritime Discoveries”¹¹¹. In an unusual sequence for the time, the photograph – author unknown – recorded *pro-memoria* this long awaited event¹¹² (Figure 10, p. 41).

NOTES

¹ Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisbon, António Maria Pereira, 1896, pp. 83-84.

² Raul Lino, *Parecer da Junta Nacional de Educação*, 21 August 1950, HA of the Ministry of Education. Unpublished.

³ Henri Cartier-Bresson, *L’imaginaire d’après nature*, n.pl, Fata Morgana, 1996, p. 21.

⁴ H.A. of the A.A.P. [Association of Portuguese Archaeologists], box 38, Official document of the Instituto Arqueológico do Algarve [Archaeological Institute of the Algarve], 15 July 1918.

⁵ *Arquivo Nacional* [National Archives], year I, vol. I, no. 6, 19 February 1932, p. 3.

⁶ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 83.

⁷ H.A. of the A.A.P., box 38, Official document of the Grémio Técnico Português, [1918].

⁸ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 84.

⁹ Afonso de Lemos in the Session of 5 September 1910 of the A.A.P.

¹⁰ *Arquivo Nacional* [National Archives], year I, vol. I, no. 6, 19 February 1932, p. 3.

¹¹ *Diário Ilustrado*, 1 January 1889.

¹² Rocha Martins, “Uma questão da cidade. A Torre de Belém e a Fabrica do Gaz” [A matter of the city. The Tower of Belém and the Gasworks], in *Ilustração Portuguesa*, 1912, p. 337.

¹³ Quirino da Fonseca, *Memórias e Conferências sobre História e Arqueologia*, Lisbon, Serviços Industriais da C.M.L. [Industrial Services of Lisbon Town Council], 1935, p. 249.

¹⁴ *Diário Ilustrado*, 1 January 1889.

¹⁵ “A Torre de Belém” [The Tower of Belém], in *Revista de Turismo*, year II, no. 40, 20 February 1918, p. 126.

- ¹⁶ [1º] *Livro de Actas da Secção de Arqueologia Lisbonense*, Session of 4 April 1919, p. 23.
- ¹⁷ *Écos de Belém*, 30 July 1949.
- ¹⁸ Alberto d'Oliveira, "Torre de Belém" [Tower of Belém], in *Diário de Notícias*, 7 June 1938.
- ¹⁹ *O Occidente*, year 10, volume X, no. 320, 11 November 1887, p. 254.
- ²⁰ *O Occidente*, year 13, volume XIII, no. 402, 21 February 1890, p. 139.
- ²¹ *Programma do Concurso para a Illuminação a Gaz da Cidade de Lisboa*, Lisbon, Imprensa Democratica, 1887, p. 1.
- ²² *Actas das Sessões da Camara Municipal de Lisboa no anno de 1887*, Lisbon, 1887, p. 136 (session of 9 July 1887).
- ²³ *O Occidente*, year 12, vol. XII, no. 375, 25 May 1889, p. 117.
- ²⁴ Lisbon Town Council, *Escrituras celebradas entre a Camara Municipal de Lisboa e a sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade*, Lisbon, Typographia do Commercio, 1915, p. 7.
- ²⁵ A.C. cx. 115 S.G.O., [p. 1].
- ²⁶ *Idem*.
- ²⁷ *Diário de Notícias*, 8 July 1950.
- ²⁸ *O Occidente*, vol. XII, n. 375, year 12, 21 May 1889, p. 117.
- ²⁹ *Ibidem*.
- ³⁰ *Diário de Notícias*, 2 June 1889.
- ³¹ *Op. cit.*, p. 491
- ³² "A questão do gaz" [The Gas Matter] IV, in *Diario Illustrado*, 1 January 1889.
- ³³ "A questão do gaz" [The Gas Matter] VI, in *Diario Illustrado*, 7 January 1889.
- ³⁴ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 16.
- ³⁵ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, pp. 84-85.
- ³⁶ Session of 27 January 1897, in *Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino*, pp. 82-83.
- ³⁷ Paris, G. Havard Fils, Éditeur, 1896, p. 46.
- ³⁸ Published in the newspaper *O Século* and republished in the *Boletim da R.A.A.C.A.P.*, series 3, book VIII, no. 12, Year 1900, pp. 183-184.
- ³⁹ *Diário do Governo* dated 12 July 1902.
- ⁴⁰ José Fernando de Sousa, "Melhoramentos em Lisboa" [Improvements in Lisbon], in *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, no. 4, October 1907, p. 14.
- ⁴¹ *O Antonio Maria*, no. 332, 4 December 1891, p. 4.

- ⁴² Minutes of the Lisbon Town Council's (C.M.L.) Session of 25 August 1910, p. 572.
- ⁴³ A.E., *Correspondência Recebida pela Presidência*, no. 476, Pt. 339.
- ⁴⁴ A.E., *Correspondência Recebida pela Presidência*, no. 485, Pt. 348.
- ⁴⁵ A.C., *Livro de Minutas de Ofícios*, 153.
- ⁴⁶ Session on 16 February 1911.
- ⁴⁷ Session on 16 February 1911.
- ⁴⁸ *Novidades*, 2 March 1912.
- ⁴⁹ Rocha Martins, "Uma questão da Cidade. A Torre de Belém e a Fabrica do Gaz" [A matter of the City. The Tower of Belém and the Gasworks], in *Ilustração Portuguesa*, no. 316, 11 March 1912, p. 338.
- ⁵⁰ *O Occidente*, XXXV, no. 1195, 10 March 1912, p. 50.
- ⁵¹ Addendum to the S.A.L. session of 9 May 1919.
- ⁵² Lisbon Town Council, Session of 18 August 1949, p. 9. Minutes no. 147.
- ⁵³ Year 1, Lisbon 6 March 1913, p. 6.
- ⁵⁴ *Ilustração Portuguesa*, year XIX, no. 979, 17 July 1916.
- ⁵⁵ *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes*, Book IX, Series 4, no. 2, Lisbon, Typ. Lallement, 1901, pp. 12-13.
- ⁵⁶ *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes*, Book IX, Series 4, no. 5, 1902, p. 21.
- ⁵⁷ *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes*, Book X, Series 4, no. 9, 1906, p. 497.
- ⁵⁸ "Acta n.º 73 da Sessão de Assembleia Geral de 13 de Maio de 1912" [Minutes no. 73 of the General Assembly Session], in *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, book XII, series 5, no. 11, Lisbon, Typographia do Commercio, 1912, p. 533.
- ⁵⁹ Gustavo Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. III, p. 113.
- ⁶⁰ Gustavo de Matos Sequeira, *op. cit.*, pp. 112-113.
- ⁶¹ [1º] *Livro de Actas da SAL*.
- ⁶² Session of 23 October 1914.
- ⁶³ *Idem*.
- ⁶⁴ Session of 24 November 1914.
- ⁶⁵ Session of 12 January 1917.
- ⁶⁶ Session of 1 March 1918.

⁶⁷ Session of 7 June 1918.

⁶⁸ Session of 4 April 1919.

⁶⁹ H.A. of the A.P.A., box 38.

⁷⁰ Session of 30 May 1919.

⁷¹ *Idem*.

⁷² Session of 6 June 1919.

⁷³ “Relatório da Gerência de 1919” [1919 Management Report], in *Arqueologia e História*, vol. V, Lisbon, MDCCCCXXVI, p. 147.

⁷⁴ Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. III, p. 113

⁷⁵ “Torre de Belém” [Tower of Belém], in *Revista de Turismo*, Year IV, no. 79, Lisbon, 5 October 1919, p. 55.

⁷⁶ “Relatório da Gerência de 1919” [1919 Management Report], in *Arqueologia e História*, vol. V, Lisbon, MDCCCCXXVI, p. 146.

⁷⁷ H.A. of the A.P.A., box 38.

⁷⁸ H.A. of the A.P.A., box 38.

⁷⁹ Conde de São Paio (Dom António), “Para a História da Associação dos Arqueólogos Portugueses” [For the History of the Association of Portuguese Archaeologists], in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. IV, Lisbon, 1938, p. 31.

⁸⁰ Session of the Administrative Committee of the C.R.G.E. on 19 June, 1923, p. 25.

⁸¹ Lisbon Town Council, Session on 18 November 1924, p. 381.

⁸² *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Camara Municipal de Lisboa, Ano de 1926*, Lisbon, Imprensa Municipal, 1926, p. 36.

⁸³ João Medina, “Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do salazarismo” [God, Homeland, Family: ideology and mentality of the Salazar regime], in *História de Portugal* (João Medina, dir.), vol. XII, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, p. 34.

⁸⁴ Rafael Moreira, “A Torre de Belém” [The Tower of Belém], *O Livro de Lisboa* (Irisalva Moita, coord.), Lisbon, Livros Horizonte, 1994, p. 178.

⁸⁵ Aquilino Ribeiro, “A Torre de Belém” [The Tower of Belém], in *O Século*, 2 November 1949.

⁸⁶ Jaime Lopes Dias, “A Nova Fábrica do Gás” [The New Gasworks], in *Revista Municipal*, 1940, Year I, No. 3, p. 72.

⁸⁷ Leitão de Barros, “Uma grande obra nacional que honrará quem a levar a cabo” [A major national work that will honour whoever undertakes it], in *Notícias Ilustrado*, no. 299, 1934, p. 12.

⁸⁸ *Idem, Ibidem*.

⁸⁹ António Prata, “O Gasómetro de Belém” [The Belém Gasometer], in *Ecoss de Belém*, Year I, no. 16, 16 August 1932, p. 5.

⁹⁰ *Notícias Ilustrado*, 198, Series II, 27th March, 1932.

⁹¹ Alberto d'Oliveira, "Torre de Belém" [Tower of Belém], in *Diário de Notícias*, 7 June 1938, p. 1.

⁹² *Os Lusíadas*, Poem I, stanza 12. Translated by Landeg White.

⁹³ Leitão de Barros, "Uma grande obra..." [Impressive work...], in *Notícias Ilustrado*, Series II, no. 299, 1934, p. 12.

⁹⁴ Leitão de Barros, *ibidem*.

⁹⁵ *Écos de Belém*, year III, no. 53, 1 March 1934, p. 3.

⁹⁶ We followed the text printed on pages 1 and 2 of the *Diário de Notícias* on that day.

⁹⁷ *Revista dos Centenários*, no. 1, 31 January 1939, p. 4.

⁹⁸ *Revista dos Centenários*, *idem*, p. 5.

⁹⁹ Aquilino Ribeiro, "A Torre de Belém" [The Tower of Belém], in *O Século*, 2 November 1949.

¹⁰⁰ Alberto d'Oliveira, "Torre de Belém" [Tower of Belém], in *Diário de Notícias*, 7 June 1938, p. 1.

¹⁰¹ *Idem*, *ibidem*.

¹⁰² Alberto d'Oliveira, *ibidem*.

¹⁰³ *Revista dos Centenários*, June 1939, p. 28.

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, on 8 February 1940, reproduced in *Revista dos Centenários* in February 1940.

¹⁰⁵ *Ecos de Belém*, year XVIII, no. 638, 13 March 1948, p.1.

¹⁰⁶ *Ecos de Belém*, year XVIII, no. 710, 30 July 1949, p. 1: "A Torre de Belém e a Fábrica de Gaz" [The Tower of Belém and the Gasworks]. Italics in the original.

¹⁰⁷ "Belém, a Enfarruscada..." [Belém, the Defiled...], in *Ecos de Belém*, year XVIII, no. 711, 6 August 1949, p.1.

¹⁰⁸ *O Século*, 2 November, 1949.

¹⁰⁹ *Diário de Notícias*, 8 June 1950.

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, 8 June 1950.

¹¹¹ *O Século*, 8 June 1950.

¹¹² *Diário da Manhã*, 8 June 1950.

Zé Povinho is the cartooned stereotype of the Portuguese commoner created by Rafael Bordalo Pinheiro. He became first a symbol of the Portuguese working-class people, and eventually the unofficial personification of Portugal. (TN)

